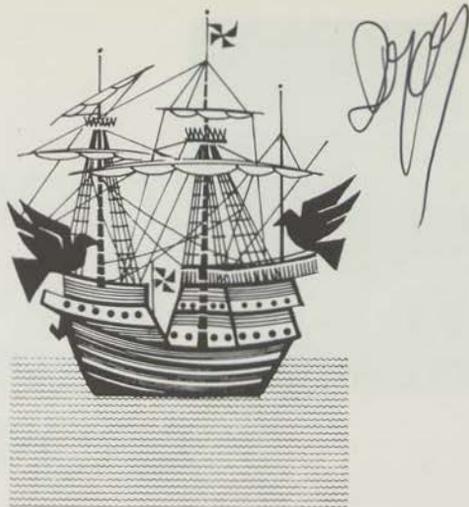


LISBOA

REVISTA MUNICIPAL





LISBOA

revista municipal

ANO XLVI — 2.ª SÉRIE — N.º 12 — 2.º TRIMESTRE DE 1985 — NÚMERO AVULSO: 500\$00

DIRECTOR: ORLANDO
MARTINS CAPITÃO
SUBDIRECTOR: FERNANDO
CASTELO BRANCO
ASSISTENTE TÉCNICO:
ALFREDO THEODORO

sumário

O MOSTEIRO AFONSINO DE S. VICENTE
DE FORA — SUBSÍDIOS PARA A
RECONSTITUIÇÃO DA SUA FISIONOMIA
• O PALÁCIO DA MITRA EM LISBOA E OS SEUS
AZULEJOS — I • NO PRIMEIRO CENTENÁRIO
DO NASCIMENTO DE JAIME CORTESÃO —
VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE
LISBOA • O PERCURSO LISBOETA
DE FERNANDO PESSOA (BREVE
REFLEXÃO) • LISBOA — NOTICIÁRIO

EDIÇÃO DA C. M. L. — D. S. C. C. — REPARTIÇÃO DE ACÇÃO CULTURAL
PALÁCIO DOS CORUCHÉUS — RUA ALBERTO DE OLIVEIRA — LISBOA — TELEFONE 76 62 68

Execução gráfica Heska Portuguesa — Rua Elias Garcia, 27-A — Venda Nova — Amadora — 2000 ex.



NA CAPA:
Pormenor de um painel
do início do século XVIII,
representando o Rossio
e o Hospital de Todos-os-Santos.
Museu da Cidade.

O MOSTEIRO AFONSINO DE S. VICENTE DE FORA

— SUBSÍDIOS PARA A RECONSTITUIÇÃO
DA SUA FISIONOMIA

Aquando da publicação, na REVISTA MUNICIPAL — Ano XVII — 2.ª Série — N.º 4, 2.º Trimestre de 1983, do nosso relatório sobre a primeira fase das escavações arqueológicas efectuadas em S. Vicente de Fora, não tinha ainda sido divulgada a panorâmica de Lisboa, do séc. XVI (Fig. 1) de autor desconhecido, da Biblioteca da Universidade de Leiden e que sob os auspícios da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura, viajou até nós, trazendo-nos, provavelmente, novos elementos acerca do aspecto geral exterior, do mosteiro Afonsino de S. Vicente de Fora.

Sendo ainda assim numerosos, quer os relatos, quer os desenhos existentes, parece que o único documento que poderemos considerar, à partida, com certo rigor, é a planta de João Nunes Tinoco (Fig. 3), existente na Academia Nacional das Belas-Artes e que tem sobreposta a planta do piso térreo do actual convento de reconstrução Filipina, mas que não nos permite distinguir o que foi alterado na reconstrução de D. João III.

Propusémo-nos, por isso, utilizando como base de trabalho a planta de Tinoco, a vista de Bráunio (Fig. 2), a de Leiden e de várias fontes escritas, reconstituir a fisionomia exterior, do primitivo mosteiro.

NORBERTO DE ARAÚJO
— PEREGRINAÇÕES EM LISBOA

«Ermida estreita, em forma rotunda, fechando o telhado em cúpula; paredes de barro vermelho sobre escuro».

Esta alusão de «paredes de barro vermelho sobre escuro» assume-se, a nossos olhos, de um rigor e autenticidade extraordinários e bem gostaríamos de conhecer a fonte de que se serviu Norberto de Araújo. Efectivamente, foi por nós posto a descoberto, no decurso das escavações arqueológicas a que vimos, ao longo de vinte e dois anos, a proceder em S. Vicente de Fora, um troço de muralha que se desenvolve encostada pelo lado exterior, à cerca Fernandina. É construída de taipa, de coloração *vermelho escuro*. Ao nível mais profundo do seu alicerce, encontramos uma agulha de coser roupa, provavelmente árabe. Se bem que a construção de taipa seja uma característica árabe, por si só não é, necessariamente, concludente.

Estamos porém inclinados a aceitar que a sua construção se tenha verificado em data bastante anterior à da cerca Fernandina, hipótese corroborada não só pelo aparecimento da referida agulha, como, num contexto de carvões, de dois selos de chumbo (N.ºs 371 e 372 de es-



Vista de Lisboa — séc. XVI.
 Autor desconhecido.
 Existente na Biblioteca da Universidade de Leiden

cavação) que teriam estado, provavelmente, apensos a documentos. Ostentam as armas de Bartholomeu Joannes, figura pública, contemporânea de D. Dinis, que faleceu em 30.11.1324 e está sepultado na Sé de Lisboa. As suas armas, descritas no Armorial Português, sob o número 794, são: «De azul, com banda de ouro, carregada de cinco vieiras de vermelho e acompanhadas de seis flores-de-liz, do segundo esmalte postas em orla».

Ocorre-nos, retornando à citação de Norberto de Araújo, que «paredes de barro vermelho» constituísse uma alusão à muralha ou paredão provavelmente árabe, porque nos recusamos a aceitar que o mosteiro Afonsino fosse construído de taipa; só não descartamos o que fosse o fundo escuro. Seria o próprio edifício de S. Vicente?

No desenho anónimo de Leiden, julgamos ter a percepção de ver, no topo

da muralha Fernandina que cerca o mosteiro pelo Este, exactamente no seu sopé e antes do início do provável olival, uma forma nitidamente paralelepédica que poderá corresponder à muralha de taipa (Fig. 1 — Coord. C-10). Ainda como achega, referiremos que o cemitério medieval, localizado apenas no interior da cerca Fernandina junto do troço de muralha atrás referido, só teve, em princípio, utilização até D. Dinis e a sua área geográfica é limitada a Este, pelo paredão de taipa, o que parece tornar clara a precedência.

JÚLIO DE CASTILHO
— LISBOA ANTIGA

Em *Lisboa Antiga*, Vols. VII, pág. 42 e seguintes, encontramos curiosas referências à Clastra Velha. Seria, e passamos a citar, essa a «tal Interessantíssima Clastra Velha, obra de El-Rei D. Afonso, cercada de colunas» e mais adiante continua: «Em S. Vicente de Lisboa, como se nota, o pensamento foi puramente histórico; os capitéis do nosso Claustro ostentavam (à l'emporte pièce, já se vê, à maneira das grosseiras esculturas coevas) toda a sequência da trasladação do corpo de S. Vicente para Lisboa; a frota que saíra em busca do precioso tesouro; homens escavando a terra no promontório para darem com as reliquias; depois outros levando-as para bordo das barcias; a entrada triunfal delas em Lisboa; a proclamação que levou o sagrado corpo desde Santa Justa para a Sé...»

Atendendo à distância e ao pouco que sabemos do antigo mosteiro, esta descrição, a ser exacta, constitui, para além do seu sabor romântico, uma verdadeira preciosidade.

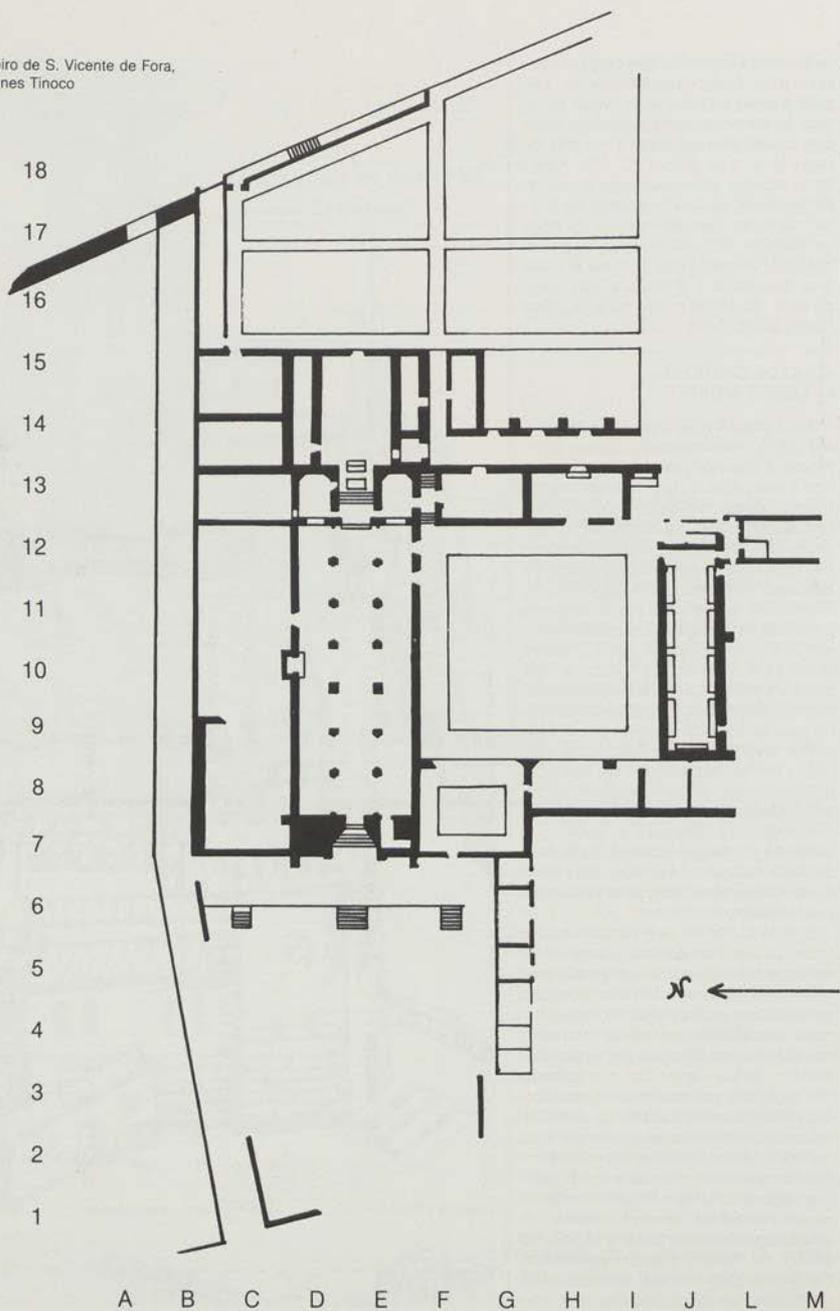
Sendo evidente que tanto Bráunio, como Leiden cometeram graves erros de perspectiva, é nosso convencimento que o fizeram também com o propósito de mostrarem, de um edifício notável, a maior quantidade possível de pormenores. Bráunio, e o facto fala por si, possuía menos «dotes» artísticos que Leiden, não se tendo, por isso mesmo, deixado espalhar pelas rígidas leis do desenho e imbuído pelo firme propósito de tudo mostrar, não hesitou em representar o que não podia ver, mas sabia existir, porque seguramente terá visitado o mosteiro, permitindo-nos, séculos volvidos, ter uma imagem, embora ténue e fugidia, do interior do claustro e o que verdadeiramente nos surpreendeu, parte afinal da arcaria, de que vimos tratando.

Vista de Lisboa — séc. XVI.
Bráunio
(Fig. 2)



Planta do antigo Mosteiro de S. Vicente de Fora,
efectuada por João Nunes Tinoco

(Fig. 3)



São cinco os arcos visíveis e em que parece descarregar a parede Sul do corpo da igreja. Tantos quantos, actualmente, se abrem sobre o claustro da cisterna, reedificado no mesmo local.

A CISTERNA

A cisterna do actual convento ocupa, exactamente metade do «Claustro da Cisterna», nome porque é hoje conhecido e para onde se abre, por um poço. Criteriosamente escolhida a sua localização, no actual conjunto do edifício, corresponde ao local para onde converge, praticamente, toda a precipitação atmosférica. O acesso para limpeza ou tomada directa de água, é feito pelas «casas que serviam de dormir aos fidalgos...» que são no piso subterrâneo do convento, com porta para o Pátio de S. Vicente.

Facilmente podemos concluir, quer pela observação directa da planta de Tinoco, quer nas reproduções publicadas por Júlio de Castilho e Jorge Segurado, que a claustura velha do mosteiro Afonsino corresponde exactamente ao actual «claustro da cisterna». Ahamos demasiada coincidência! Deve ter estado presente a preocupação de aproveitar o fosso já existente, da antiga cisterna, chamando-se-lhe nova. No poupar é que está o ganho!

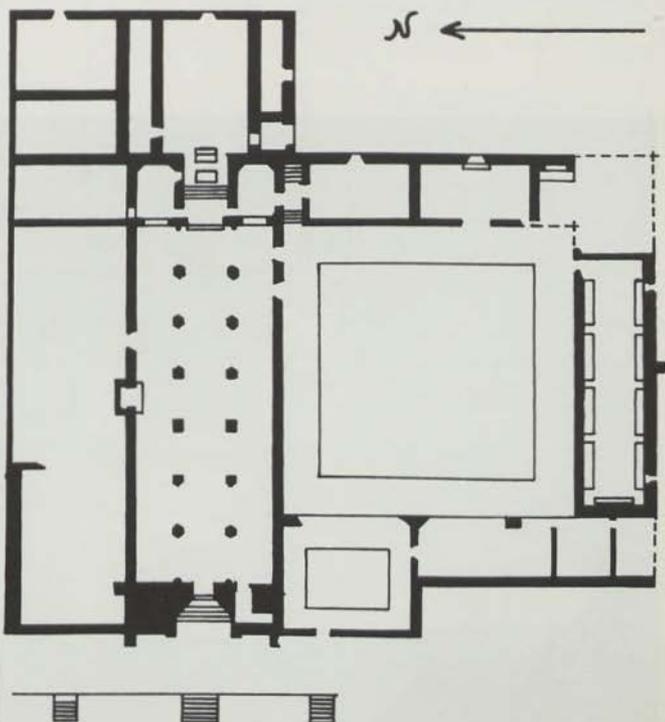
Apesar de procurarmos não encontrarmos, no seu interior, qualquer indício revelador de um aproveitamento original; tal não significa que não exista, também poderá significar que está encoberto, mesmo porque, a haver cisterna no antigo mosteiro e tudo aponta nesse sentido (reduto fortificado e auto-suficiente, De Fora muros), a sua implantação técnica provável seria na Claustura Velha, pela convergência, nesse local, de todas as águas atmosféricas. Se houve aproveitamento e consequente persistência, na localização da serventia, curiosamente constatamos que terminaria no refeitório do mosteiro Afonsino.

Julgamos ter esgotado as notícias, mais ou menos dispersas e ou conjecturais que são do nosso conhecimento, acerca do antigo mosteiro.

Debrucemo-nos agora, um pouco, sobre os dois desenhos que consideráramos mais passíveis de uma confrontação, com a planta de Tinoco, para tentarmos, em grandes linhas, equacionando as semelhanças e as divergências, encontrar a imagem mais lógica possível do real mosteiro.

Planta conjectural do mosteiro Afonsino, antes das obras de remodelação mandadas efectuar por D. João III, efectuadas com base na planta de João Nunes Tinoco

(Fig. 4)



Provável ângulo porque teria sido visto, pelo autor desconhecido do desenho existente na Biblioteca da Universidade de Leiden, o mosteiro afonsino. É notório que a claustra da portaria, colocada quase no seguimento da parede exterior da claustra velha e projectada contra a torre-nártex, pode perfeitamente passar despercebida, sendo, simultaneamente, bastante difícil de representar, sem lhe alterar as proporções. A sua ablação pura e simples, pelo autor de Leiden, não nos parece significativa, em termos de conjunto.

(Fig. 5)

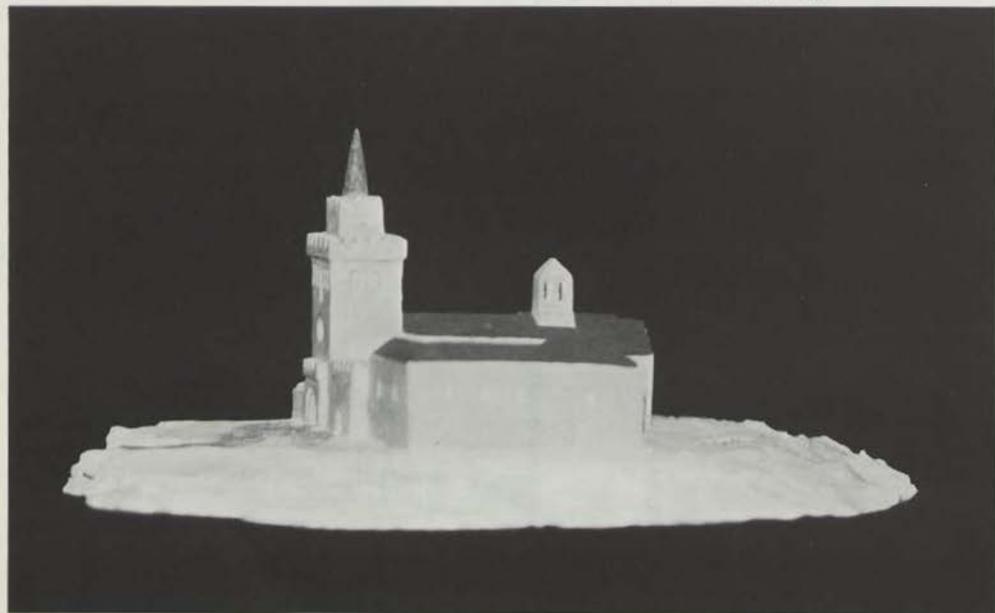
A TORRE

Começemos, e não poderia deixar de ser, pela imponente torre-nártex (Fig. 1 — Coord. D-3). Tanto em Bráunio (Fig. 2), como em Leiden, o acesso é feito por uma imponente escada; em Tino-co, por três escadas, dissimétricas e uma outra escada, já dentro do próprio nártex. Não achamos a divergência relevante, é apenas questão de pormenor, tanto mais que, e vamos tornar extensivo o facto a toda a observação, os retratistas faziam um levantamento geral da cidade.

Há concordância acerca dos três pisos da torre, em ambas as vistas. O primeiro andar do zimbório, recortado de ameias, em Leiden, parece-nos bem mais próximo da realidade românica do que o de Bráunio, coberto de telha.

Houve, em Bráunio, um nítido desvirtuar dos janelões sineiros, que foram transformados em simples frestas e colocados no segundo andar do zimbório, o que nos parece despropositado.

Em Bráunio, o número de frestas da fachada principal da torre é de duas, sendo de quatro na fachada Sul. Em Leiden, são quatro frestas na fachada principal e duas na fachada Sul. São coincidentes, quanto à localização da fresta grande — na fachada principal.



A rosácea, que tudo leva a crer fosse na fachada principal, foi, por Bráunio, deslocada para a fachada Sul; parece ter acompanhado, na sua migração, as quatro frestas colocadas, também, no mesmo lado. Numa coisa são coincidentes as vistas, ambos os autores situam a rosácea no segundo piso da torre. Desta feita, somos levados a aceitar, como mais provavelmente próximo da realidade, o desenho de Leiden.

No que respeita à volumetria relativa da torre e restante edifício, consideramos ambas as vistas coincidentes entre si e a planta de Tinoco.

Passemos ao restante edifício. A claustra da portaria, foi quase que ostensivamente ignorada por ambos os autores. É provável que a mesquinhez das suas proporções a tivesse feito passar despercebida ao observador distante, como parece ser o caso; não nos esqueçamos que ambas as vistas são de uma cidade inteira e que só provavelmente de meio rio, ou da outra banda, seria possível ter uma visão de conjunto. Não nos parece uma omissão grave no sentido de significativa, supomos antes, que a enorme mole que seria a torre, tivesse ofuscado a pequena claustra, que nela se projectaria.

A PAREDE DA IGREJA DO LADO DA EPÍSTOLA

As vistas já referidas, mostram-nos o corpo da igreja, como sendo de menor largura que a da torre, ou, pelo menos, induzem-nos a tal. Fácil é verificar, pela planta que uma é, afinal e tão-somente, a continuação da outra (vide Norberto de Araújo — *Peregrinações em Lisboa* — «Ermida estreita...»). Embora controverso, aventamos que a torre-nártex deveria, apenas, ter dois tramos, o que lhe conferia uma base quadrada, no que parece estar de acordo com as vistas. Assim sendo, o restante corpo da igreja seria composto por cinco tramos, a que provavelmente corresponderiam outras tantas janelas fenestradas (Fig. 1 — Coord. F-5).

Bráunio mostra-nos, claramente, a existência de cinco janelas. Leiden não ultrapassa as três. Nesta fase recusamos a leitura de Leiden, dado que o cerne da questão se situa entre as quatro ou as cinco janelas.

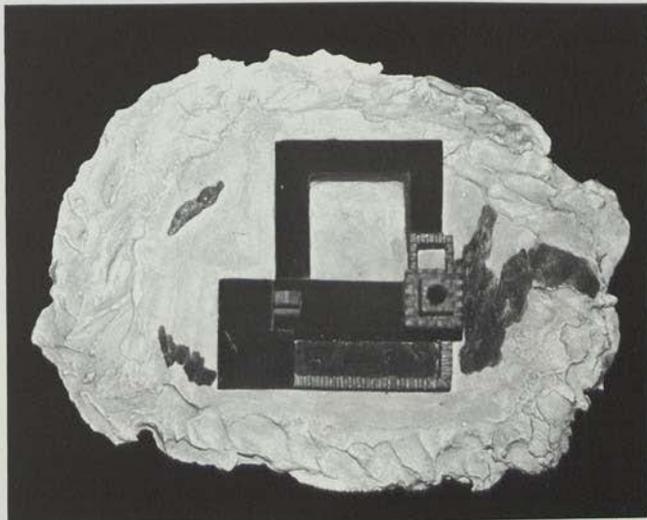


Vista provável da fachada principal. À esquerda, o muro eventualmente ameado que circundaria o cemitério dos Cônegos Regrantes. A torre-nártex e à sua direita, a entrada para a claustra da portaria. Omitimos a representação dos janelões sineiros que se situariam, por certo, no quarto piso da torre

(Fig. 6)

Vista tomada na vertical da torre-nártex, mostrando todo o conjunto arquitectónico do antigo mosteiro. A maior claustra, a «velha» é a que se manteve no actual convento e que é chamada, actualmente, «da cisterna»

(Fig. 7)





Vista do edifício tomada de Este.
Nota-se distintamente, à esquerda, o contraforte a que já aludimos.
Era no terreiro que se desenvolve nesta frente,
onde estava situado o cemitério de inumação geral
e que a escavação comprovou ter tido utilização segura até D. Dinis
(Fig. 8)

Tomada de vista de SE de todo o conjunto.
É perceptível o lanternim da capela-mor encimado por uma pequena torre sineira,
com dois janelões para sinos
(Fig. 9)



A PAREDE EXTERIOR DA ALA SUL DO CLAUSTRO

O paredão exterior Sul da clastra velha, pela controvérsia também possível, merece-nos grande atenção (Fig. 1 — Coord. D-5).

Pela leitura da planta de Tinoco (Fig. 3 — Coord. J-10), admitimos como muito provável que esta parte do edifício fosse o refeitório, com oito mesas, eventualmente de pedra, encostadas às paredes, e iluminado por dois janelões, um em cada extremidade (Fig. 3 — Coord. L-11 e L-9). Estranhámos que uma casa tão grande, apenas tivesse duas janelas, tanto mais que se tratava de um refeitório. Julgamos a realidade bem diversa da circunstância.

Quando Tinoco efectuou o levantamento topográfico do mosteiro, este estava já praticamente reduzido à sua expressão de alicerces. São bem visíveis, na sua planta, áreas que ficaram incompletas. Assim sendo, e porque provavelmente as duas janelas representadas seriam maiores que as demais, situando-se a sua base a um nível inferior ao da demolição, teriam sido ainda assinaláveis.

Na vista de Leiden contamos cinco janelas (Fig. 1 — Coord. D-4-5-6) e quatro na de Bráunio. Se considerarmos provável a coincidência de uma janela ou fresta, com cada espaço inter-mesas, teríamos, com mais as duas assinaladas na planta, um total de cinco janelas, ao longo do refeitório. A corroborar esta hipótese, existe um contraforte perfeitamente assinalado na planta de Tinoco, colocado entre as prováveis terceira e quarta janelas. Na vista de Leiden, este contraforte surge colocado entre a segunda e terceira janelas (Fig. 1 — Coord. D-5). Parece-nos um típico fenómeno de inversão, perfeitamente normal, na circunstância.

Na visão de Bráunio, como referimos, só surgem representadas quatro janelas, tendo sido omitido o contraforte. Inclina-mo-nos a aceitar, como provavelmente bem mais próxima da realidade, a versão de Leiden.

O CEMITÉRIO DO MOSTEIRO AFONSINO

O local de S. Vicente de Fora tem largas tradições como cemitério. Ficou já provado, num anterior trabalho nosso, que os Visigodos escolheram aquele sítio para enterrarem os seus mortos, embora desconheçamos toda a extensão

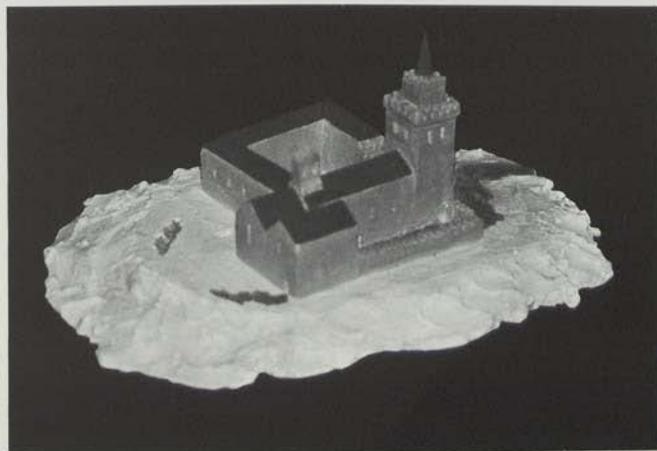
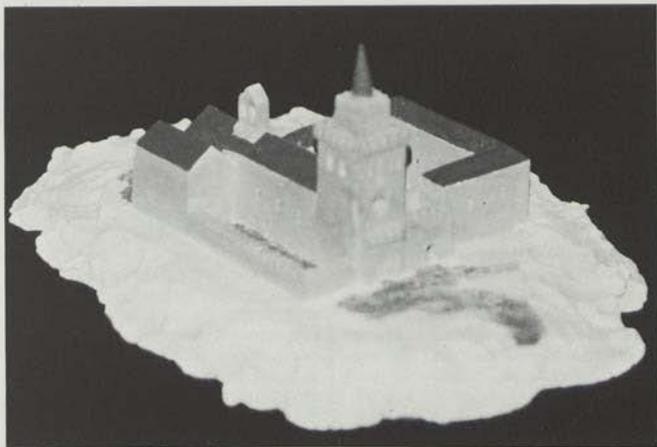
Tomada de vista do mosteiro, de NW. Nota-se, distintamente, o cemitério privativo dos Cônegos Regrantes, bem como a porta que lhe daria acesso.

À esquerda do cruzeiro, julgamos que se localizaria a sacristia. Parece-nos que em Leiden, a torre sineira que encimava o lanterim, foi representada com um certo empolamento. Julgámos reduzi-la bem, às suas verdadeiras dimensões

(Fig. 10)

Vista do mosteiro, tomada de NE. Destaca-se, em primeiro plano, o cemitério murado, privativo da Ordem. Por não termos indícios quanto ao número e dimensões das janelas que dariam para o interior do claustro, optámos pela sua supressão

(Fig. 11)



geográfica da sua implantação. Posteriormente, e após um longo período de abandono, foi o local escolhido, por D. Afonso Henriques, para cemitério dos Teutónicos e provavelmente dos portugueses que iam perecendo durante a tomada de Lisboa aos mouros.

Não sabemos, com precisão, onde seria o cemitério Teutónico, conquanto tenhamos o testemunho de Freire de Oliveira, que narra a circunstância de terem sido encontrados corpos ainda organizados dos Santos Cavaleiros, quando se procedia à abertura dos alicerces da sacristia do actual convento. Ora, a sacristia foi sobreposta à ala Este da claustura velha do mosteiro Afonsino (Fig. 3 — Coord. G-H-I-13).

Por outro lado, D. Nicolau de Santa Maria, na sua Crónica dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, refere que os corpos dos Santos Cavaleiros, foram trasladados para um cemitério de abóbada, encostado ao coro da igreja nova, com porta para a segunda claustura — é o sacrário anexo ao carneiro, ou cripta da igreja; o facto foi comprovado arqueologicamente. Efectivamente encontramos ossadas, devidamente acondicionadas em burel, no local assinalado por D. Nicolau de Santa Maria; e ainda recentemente, durante as obras de restauro e afinação do órgão da igreja, foi «achada» metade da tampa que fechava o sacrário e que corresponde à descrição que dela também fez D. Nicolau.

Do que referimos podemos inferir, entre outras, as seguintes possibilidades:

— Freire de Oliveira encontrou o cemitério Visigótico e confundiu-o com o dos Teutónicos.

— Os Cônegos Regrantes de Santo Agostinho não terão, como informa D. Nicolau, procedido à exumação de todos os corpos e construíram o mosteiro por de cima de parte do cemitério.

— Freire de Oliveira encontrou o cemitério de persistência Afonsina que se sobrepunha ao Visigótico, e considerou-o como sendo dos Teutónicos.

Certo, porém, é o facto que o espaço compreendido entre a parede traseira do mosteiro e o paredão de talpa avermelhada, foi utilizado como cemitério, pelo menos até D. Dinis (Fig. 3 — Coord. C a J-15 a 18).

Jorge Segurado, na sua obra dedicada a S. Vicente de Fora, incluiu uma planta do mosteiro Afonsino, legendada. Ficámos, assim, a saber que a zona delimitada por muros, ao lado esquerdo da igreja (Fig. 3 — Coord. C-7 a 12), corres-

ponderia a um cemitério. Considerando como segura a informação, quer-nos parecer que fosse um cemitério privativo dos Cônegos Regrantes.

Consideremos:

— O seu acesso era restrito. Fazia-se, apenas, através de uma porta que comunicava directamente com a igreja.

— A escavação demonstrou, como já referimos, que toda a área nas traseiras do convento teve utilização como cemitério, devidamente comprovada, desde D. Sancho I até D. Dinis, em regime de inumação geral.

Apenas uma pequena nota dissonante, em todo este contexto, e que consiste no aparecimento de uma sepultura de um sacerdote, provavelmente negróide, no cemitério de inumação geral. Poderá não ser relevante, se considerarmos que, por ser sacerdote, não pertenceria necessariamente à ordem, e como tal, teria sido sepultado no cemitério de inumação geral.

RECONSTITUIÇÃO CONJECTURAL DO PRIMITIVO MOSTEIRO AFONSINO CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseados no levantamento topográfico do mosteiro Afonsino efectuado por João Nunes Tinoco (Fig. 3), tentámos, expurgando-o de tudo quanto nos pareceu supérfluo, achar a sua planta primitiva, antes das obras de restauro e ampliação mandadas efectuar por D. João III, por nos parecer que as vistas de Bráunio e de Leiden, se reportariam àquele período.

Sendo uma tarefa não só arrojada e conjectural, mas também e necessariamente controversa, não deixámos, por isso, de a acometer, na firme convicção de que estando na posse de alguns elementos que não são do domínio comum, seria esta a melhor forma de os divulgar.

Utilizando como termo de comparação plantas e reproduções de outros edifícios de idêntica expressão, elaborámos uma planta (Fig. 4) do que, a nosso ver, teria sido o primitivo mosteiro de S. Vicente de Fora.

No seguimento deste princípio orientador, ignorámos o que julgamos ser a claustura nova (por oposição à claustura velha) (Fig. 3 — Coord. H a L-3 a 7), bem como o edifício existente a Este do conjunto (Fig. 3 — Coord. G-H-J-14).

Toda a área compreendida entre as traseiras do mosteiro e a muralha Fer-

nandina (Fig. 3 — Coord. C a J-15 a 18), podemos seguramente afirmar tratar-se do cemitério de inumação geral, com os covais orientados no sentido Oeste-Este.

O cemitério privativo dos Cônegos Regrantes de St.º Agostinho deveria, por certo, ser ao lado esquerdo do corpo da igreja (Fig. 3 — Coord. B-C — 7 a 12).

Segundo o critério descrito, elaborámos uma maqueta, da qual fizemos várias tomadas de vista e que vamos, sucintamente, comentar.

O PALÁCIO DA MITRA EM LISBOA E OS SEUS AZULEJOS - I

I — INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Na antiga Rua Direita do Poço do Bispo, actualmente chamada Rua do Açúcar (devido a uma refinaria deste produto que aí esteve instalada), encontra-se o Palácio da Mitra, muito descaracterizado no seu envolvimento, mas constituindo um exemplar apreciável da arquitectura palaciana portuguesa e uma das melhores peças do património municipal de Lisboa, pela sobriedade da sua elegante concepção e decoração e pelos belíssimos azulejos que o revestem, os quais formam um dos conjuntos mais característicos de Lisboa, fundamental para o conhecimento da produção joanina final.

O palácio situa-se nas terras de Marvila, doadas em 1149 à Mitra de Lisboa por Afonso Henriques. A complexa história da Quinta, chamada do Arcebispo antes de ser conhecida pela designação de Quinta da Mitra, denominação que conserva, foi historiada por Ralph Delgado (*), pouco interessando para o presente trabalho. Vários autores referem uma ampliação da casa da Quinta do Arcebispo realizada por D. Luís de Sousa, arcebispo de Lisboa entre 1675 e 1702, apesar de, neste período, a quinta ter estado arrendada.

Esta residência de campo deu lugar ao actual palácio com a remodelação integral empreendida na primeira metade do século XVIII pelo primeiro Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida,

Frontaria do Palácio da Mitra em meados do século passado, segundo a gravura publicada no *Archivo Pittoresco*, v. VII, p. 221





Frontaria do palácio

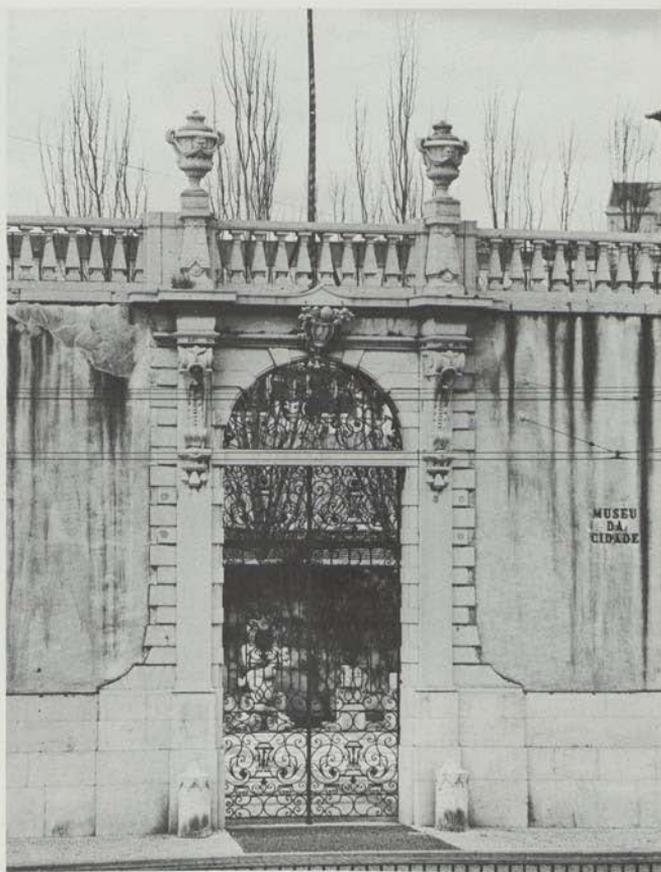


personagem magnificente da sumptuosa corte de D. João V, conforme a narrativa de Fernando António da Costa de Barbosa, no *Elogio Histórico, Vida e Morte do Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida, I. Patriarca da Santa Igreja de Lisboa, Capelão mór de S. Magestade Fidelíssima e seu Conselheiro de Estado (...)*, publicada na oficina de Miguel Rodrigues em Lisboa, no ano de 1574, utilizada por vários autores, como Vilhena Barbosa (*), e transcrita (nas partes referentes às quintas da Mitra) por Sousa Viterbo (**):

... foram muitas as obras que [D. Tomás de Almeida] levantou de novo e reedificou, socorendo outros muitos com grossas e copiosíssimas esmolos, tudo monumentos da sua grande piedade e generoso coração. Em S. António do Tojal, antiga casa de campo e palácio dos arcebispos de Lisboa, existindo nele pouco mais que as ruínas, o acrescentou e reformou de maneira que hoje é uma das melhores casas de campo do distrito desta corte... (p. 148).

A mesma grandeza, liberalidade e profusão fez na antiga quinta também da Mitra, chamada de Marvila, fazendo-lhe a majestosa calçada da estrada, pondo-lhe dois obeliscos defronte da porta com as suas armas (*). Fez uma capela, majestosamente ornada, de Nossa Senhora da Conceição, sua grande advogada e protectora, e nela mandava quotidianamente celebrar o santo sacrificio da missa, para que aqueles vizinhos se aproveitassem de tão grande bem espiritual; renovou as casas do palácio, enriqueceu-as de admiráveis pinturas, nobres tapeçarias e primoroso ornato, assim mais a grande copa das cozinhas, que é tudo uma coisa muito importante o que há nestas duas casas de campo, ambas da mesma Mitra (pp. 150-151).

Estes elementos nada esclarecem sobre a data exacta das grandes transformações operadas no velho edifício da Mitra por D. Tomás de Almeida, nem sobre os autores desta obra. O carácter do palácio não permite aceitar para o início da reconstrução a data de 1716, indicada por Norberto de Araújo (*), mas antes uma mais recente, possivelmente contemporânea da outra reconstrução em-





preendida por D. Tomás de Almeida, a da Quinta dos Patriarcas, em Santo Antão do Tojal (Loures).

Esta última foi a principal obra projectada pelo arquitecto italiano António Canevari em Portugal, onde trabalhou entre 1727 e 1732 para D. João V, especialmente nas obras do abastecimento de água a Lisboa, na terminação da Torre do Relógio no Paço da Ribeira e, possivelmente, como colaborador destacado na construção da parte conventual do edifício de Mafra (*).

Para além da provável simultaneidade das obras nas duas propriedades da Mitra, é igualmente possível que ambas tenham sido da responsabilidade do mesmo arquitecto (*). Os dois palácios resultaram de adaptações sóbrias e singelas de construções pré-existentes, manifestando grande simplicidade ao nível dos vãos e da concepção exterior, com excepção do enfatuamento dos portais de acesso aos pátios, revelando ambos também um carácter sóbrio e tradicional na disposição dos espaços internos, onde a complexidade formal e as preo-

cupações de elaboração arquitectónica se concentram nas escadarias nobres, mais imponente a do palácio de Lisboa. O tratamento de algumas portas é bastante cuidado, e a decoração integrada nas salas dos dois palácios é formada apenas pelos silhares de azulejaria (com variadas relações de parentesco) e pelos tectos de masseira de tradição seiscentista, com aplicações de talha dourada, no de Santo Antão do Tojal, e de talha e ornatos pintados a ouro, sugerindo efeitos relevados, no de Lisboa.

A compreensão demonstrada por Canevari em relação à escala e ao espírito da arquitectura portuguesa, bem como às decorações tradicionais como o azulejo, combinados com o requinte e elaboração da arte italiana, de que Canevari foi representante, bem presentes no palácio e igreja de Santo Antão do Tojal, podem também caracterizar, em menor grau, a requintada simplicidade do palácio da Mitra, em Lisboa. Mas, admitindo a hipótese de a remodelação do palácio de Lisboa ter sido projectada por Canevari, entre 1727 e 1732, a sua decoração pa-

rece ser ligeiramente mais tardia do que a do palácio de Santo Antão do Tojal e deve ter-se arrastado quase até meados do século. O palácio só deve ter ficado pronto, na sua maior parte, quando D. Tomás de Almeida «deu um magnífico e sumptuoso banquete na Quinta de Marvila ao Eminentíssimo Senhor Cardeal Odi, Nuncio Apostólico destes Reinos e Senhorios, quando se retirou para a Cúria Romana, a 23 de Junho de 1744...» (*).

A decoração interna da capela deve ter sido a última obra realizada por D. Tomás de Almeida. Lamentavelmente destruída no século actual, a capela e os seus azulejos são tratados no final deste trabalho.

A entrada do palácio fazia-se (como hoje) pelo portão aberto no muro que separa o pátio da rua, antecedido pelo cais privativo delimitado pelos dois obeliscos já referidos, cada um decorado por um baixo-relevo de mármore representando as *Alminhas*.

O pátio, então mais fundo, dava acesso ao palácio e à capela, situados a nascente. No lado oposto, encontravam-se aposentos de criados, ligados ao palácio por um passadiço sobre o muro do pátio. Ao fundo estavam as cocheiras, que Vilhena Barbosa descreveu, em 1864: «Guardam-se nas cocheiras deste paço os magníficos coches de que se servem os patriarcas nas grandes solenidades. Foram feitos pelos anos de 1718 para o primeiro patriarca. Ostentam bastante riqueza e perfeição em obra de pintura e de escultura doirada» (*). Para Norte situava-se a vasta quinta, onde se deveriam encontrar, no meio do arvoredo, recantos de prazer com tanques e cascatas, jardins de buxo e hortos ajardinados, lagos, avenidas e outros espaços pitorescos, decorados por estátuas, vasos esculpidos, repuxos e alegretes azulejados. Tudo concorria para que este «retiro suburbano», segundo Júlio de Castilho, «pela sua situação à beira do Tejo, pela sua parte rústica opulentamente arborizada e pelo esplendor do edifício em si mesmo», fosse «uma verdadeira pérola dos arredores da Capital» (**).

No interior do palácio, D. Tomás de Almeida reservou duas salas para a exposição dos retratos de anteriores arcebispos de Lisboa, depois de retocados pelo pintor Vieira Lusitano, numa teatral maquilhagem barroca saborosamente descrita pelo Padre Bautista de Castro, à qual todos os restantes autores têm ido beber:

Uma sala do andar nobre do Palácio da Mitra, quando ocupado pelo Museu da Cidade.





... Neste sítio [de Marvila] renovou o primeiro Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, o antigo palácio e quinta da Mitra, enriquecendo-o de nobilíssimo ornato e, com especialidade, duas grandes salas em que mandou colocar os verdadeiros retratos de todos os excelentíssimos Arcebispos de Lisboa, em quadros renovados pelo excelente pincel do insigne Francisco Vieira, por ordem do Senhor Rei D. João V. Direi a disposição com que ali estão colocados, que não é cronológica, e insinuarei os caprichos pittorescos do mesmo artífice com que os ilustrou.

O primeiro retrato da primeira fila não tem nome. Fatal descuido!

O segundo retrato é de *D. António de Mendonça*, filho do primeiro Conde de Val de Reis, e décimo oitavo arcebispo. Como ele vinculou toda a sua fazenda na casa de Val de Reis, fingiu-lhe Vieira no mesmo quadro um painel pendurado, que representa Eneias com o pai às costas, e um mote na moldura que diz: *Pius in Parentem*.

O terceiro é do Cardeal *D. Luís de Sousa*, décimo nono arcebispo. Tem uma inscrição dos seus títulos honoríficos num dobrado e fingido papel, encostado a um grande copo de cristal com as suas armas, ex-

Outra sala do Palácio, quando ocupado pelo Museu da Cidade

pressadas à imitação dos vidros de Alemanha, e é o que o retrato tem do pincel de Vieira. Mostra o tal copo estar cheio de água.

O quarto é de *D. Rodrigo da Cunha*, décimo sétimo arcebispo. Este retrato é antigo; foi retocado por Vieira, que lhe acrescentou uma livraria, cujos títulos dos livros são os que o mesmo arcebispo compôs. Tem estes dísticos, que dizem:

*Invida naturae potuit tibi tollere vitam
More, vitam famae tollere non poterit.*

*Vivit adhuc, spiratque simul
tua praesul imago.*

Vivit in his libris, spirat in hac tabula.

O quinto é *D. Jorge da Costa*, chamado o Cardeal Alpedrinha, e oitavo arcebispo. Está encostado a um bufete em que tem um livro aberto, onde se vê a estampa do paraltico com a cama às costas, a quem Cristo disse: *Tolle grabatum tuum*, e alude à fuga oculta que o Cardeal Arcebispo fez para Roma, por contradições que teve com o Príncipe D. João, que sucedeu no reinado a El-Rei D. Afonso V. Em cima do bufete se vê um globo, onde se divisa uma roda de navilhas, em lembrança do que devia à infanta D. Catarina, empresa de que sempre usou. As suas armas próprias estão num suposto retrato do mesmo Cardeal Arcebispo, expressadas na moldura no canto do painel.

O sexto é *D. João Manuel*, décimo sexto arcebispo e Vice-Rei de Portugal.

O sétimo é *D. Afonso Furtado de Mendonça*, décimo quinto arcebispo.

O oitavo é *D. Miguel de Castro*, décimo quarto. Deste arcebispo não se achou em todo Portugal outro retrato mais que um feito depois dele morto, com os olhos fechados e deitado; e dizendo El-Rei a Vieira que era preciso ressuscitá-lo, ele o expressou com a mão esquerda no peito e com a direita apontando um relógio, que mostrava em duas aberturas adequadas o número do dia e o nome do mês em que falecera, e no termo inferior do dito relógio o ano; e para significar que o tal relógio ali cessara, fez-lhe o apontador caído no bufete; e para

dar satisfação à ordem do Rei, figurou-lhe no fundo um medalhão pendurado, com a ressurreição de Lázaro e um letreiro na moldura que diz: *Veni foras*.

O nono é *D. Jorge de Almeida*, décimo terceiro arcebispo.

O décimo é o Cardeal Rei *D. Henrique*, duodécimo arcebispo. Está ele figurado num jardim solitário, em acto pensativo, com um maço de papéis nas mãos, e estas cruzadas. Ao lado direito uma estátua de bronze, que representa a Lusitânia, com a sua lança caída, e a figura disposta de modo que está sem cabeça, porque justamente fica cortada com a moldura para dissimular o conceito. Junto do pedestal da dita figura está uma planta de cardo seco, com dois caracóis pegados. Da parte esquerda está um bufete de pedra avermelhada, e sobre este um grande livro fechado, que tem no lombo escrito um letreiro que diz: *Reino de Portugal*. Sobre o livro está uma coroa de louros, e sobre ela uma coroa real e um coelho, símbolo da Espanha, que desde um canto puxa pelos louros e tomba a dita coroa régia.

O undécimo é *D. Fernando de Vasconcelos e Meneses*, undécimo arcebispo. Tem na fingida parte do seu quarto, pendurado, um *Agnus Dei* de Paulo III, que foi o pontífice que o criou arcebispo.

O duodécimo é o Cardeal Infante *D. Afonso*, décimo arcebispo. Está expressado de modo que mostra, por meio de hieroglíficos, estimar e favorecer mais fervorosamente a Teologia que a Filosofia.

O décimo terceiro é *D. Martinho Vaz da Costa*, irmão do Alpedrinha, nono arcebispo. Mostra ele estar lendo umas Conclusões, em que se vê na dedicatória o seu nome, e numa urna indiana as suas armas. Esta é a série confusa dos arcebispos de Lisboa, que naquelas duas salas se vêm colocados, podendo estar por melhor ordem e completos com os mais retratos que faltam (!).

O retrato de *D. Tomás de Almeida* foi encomendado ao mesmo pintor, segundo a informação, panegirista e rebuscada de encômios, do *Elogio Histórico*:

... O Senhor D. João V, lhe mandou fazer o seu retrato no ano de 1744

Baixo-relevo de mármore, representando as *alminhas*, num dos pilares do cais do Palácio da Mitra, conservado actualmente no Museu da Cidade



pelo famoso pintor Francisco Vieira, e o retratou no acto de abençoar que, na verdade, era o mais heróico para um Prelado de tanta especialidade, representando-o quanto era liberal em despender graças e fazer benefícios, e se divisa no dito retrato outras muitas simbólicas alegrias, dignas das suas muitas e admiráveis virtudes; mandou-o o mesmo Monarca colocar no magnífico e sumptuoso palácio de Marvila, casa de campo dos antigos Arcebispos de Lisboa, servindo de realce e coroa de todos aqueles dignísimos Prelados. Não se contentou só com esta magnífica acção aquele Augustíssimo e Régio coração: fez fazer ao mesmo autor segundo retrato da mesma forma, e o mandou colocar na Casa Régia do seu grandiosíssimo tesouro, palácio antigo da Casa de Bragança, aonde se vêem presentemente, e os poderão ver todos os curiosos, com veneração e respeito⁽¹²⁾.

Estes painéis foram transferidos para o Paço de São Vicente, no terceiro quartel do século XIX, e depois dispersos por antiquários, no século actual⁽¹³⁾. Alguns destes quadros foram adquiridos pelo Conde de Monte Real e voltaram, por oferta deste novo proprietário, à posse do Patriarcado, encontrando-se no Paço Patriarcal do Campo dos Mártires da Pátria, juntamente com um retrato de D. Tomás de Almeida, que poderá ser um dos pintados por Vieira Lusitano⁽¹⁴⁾.

Em Junho de 1755, um ano após o falecimento de D. Tomás de Almeida, esteve instalado durante três dias no Palácio da Mitra, como hóspede do rei D. José, o novo embaixador de França, Marquês de Baschi e de Pignan, antes da sua apresentação na corte. Todo o palácio foi decorado sumptuosamente pelo rei, com peças do seu tesouro, incluindo uma opulenta baixela de prata, acrescentada com doze dúzias de pratos de trinchar, igualmente de prata lavrada, como consta do folheto *Relaçam da magnífica, e pomposa entrada que fez nesta Corte de Lisboa no dia 11 de Junho de 1755 o Excelentissimo senhor Marquês de Baschi, Embaixador de el-Rei Cristianissimo — Lisboa — Com todas as licenças necessárias*, citado por Júlio de Castilho⁽¹⁵⁾, que igualmente transcreveu o cerimonial espectacular da apresentação deste embaixador.

Uma sala do Palácio da Mitra, quando era habitado por Carolina Coronado. Fotografia de J. Bércia, 1908

Outra sala do Palácio, na mesma época. Fotografia de J. Bércia, 1908



Oratório portátil
de Carolina Coronado.
Fotografia de J. Bácia, 1908



Aspecto do parque da Mitra,
quando pertencia a Carolina.
Fotografia de J. Bácia, 1908





Pavilhão incompleto da Fábrica Seixas, adjacente ao pátio do Palácio da Mitra

O terramoto de 1755 não afectou o edifício, que serviu de abrigo às freiras do convento de Santa Mónica, então muito danificado, segundo a informação prestada por João Bautista de Castro:

Este sucesso tão espantoso motivou a toda a comunidade... a irem refugiar-se para a cerca;... ali passaram até ao Domingo pela manhã, cheias de sustos e aflições; daqui se mudaram para a quinta contígua, chamada do Abelha... Passaram neste sítio todo aquele dia e noite calamitosamente, sem abrigo algum, até que a mesma necessidade lhes fez lembrar o refúgio da quinta da Mitra, que o Eminentíssimo Patriarca possui em Marvila. Com esta determinação se puseram ao caminho processionalmente, e nele gastaram desde as oito horas da manhã do dia terceiro de Novembro até às cinco horas da tarde do mesmo dia, em que chegaram muito quebrantadas de forças mas não de ânimo. Acomodaram-se em algumas casas do palácio, que lhes mandou franquear Sua Eminência, onde existiram exercitando recta e exemplarmente as suas obrigações religiosas, enquanto se não restituíram para o seu antigo domicílio (16).

D. Fernando de Sousa e Silva, Cardeal Patriarca de 1776 a 1786, mandou



Fachada posterior do Palácio, refeita após a demolição da capela, vendo-se ainda o pavilhão incompleto da Fábrica Seixas

fazer um grandioso painel de azulejos com as suas armas, para servir de espaldar a um banco do jardim superior, última obra de embelezamento do palácio datável.

Em 1834 o palácio e quinta foram incorporados na Fazenda Pública, embora continuassem a servir de residência patriarcal. Aqui faleceu, em 7 de Maio de 1845, D. Frei Francisco de São Luís, mais conhecido como Cardeal Saraiva, cujas vísceras foram enterradas na capela, quando o corpo foi embalsamado.

O Palácio da Mitra foi vendido pelo cardeal D. Manuel Bento Rodrigues, em 1864, para custear a aquisição do palácio dos Condes de Barbacena, no Campo de Santa Clara, onde os patriarcas se instalaram. Esta venda, bastante criticada por Júlio de Castilho, foi explicada por Sousa Viterbo. O palácio foi adquirido por dez contos, com a convivência oficial, pelo Marquês de Salamanca, D. José Saldanha, banqueiro poderoso muito favorecido pelos poderes públicos por ter sido um dos fundadores da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro e seu concessionário.

Em 1874 o Marquês de Salamanca vendeu o Palácio da Mitra, por cerca de cinquenta e quatro contos, a Horatio Justus Perry, encarregado dos negócios dos Estados Unidos na capital espanhola e casado desde 1852 com a conhecida poetisa espanhola Carolina Coronado, os quais se encontravam em Lisboa desde 1873, hospedados no célebre Hotel Bragança. Devem ter sido realizadas na época do Marquês de Salamanca ou de Horatio Perry as remodelações internas que incluíram a colocação de fogões de mármore nas salas do andar nobre e a transformação de um oratório elíptico, interno, numa sala, com a abertura de portas laterais. Ambas as obras implicaram a mutilação lamentável de vários painéis de azulejos.

Perry faleceu em 1891 na quinta do Bessone, ou do Relógio, em Paço de Arcos (da qual também era proprietário), passando a viúva a residir no Palácio da Mitra, conservando na capela o corpo embalsamado do marido até 1911, ano em que faleceu. Júlio de Castilho, visita assídua da casa, dedicou um capítulo de *Lisboa Antiga* a Horatio Perry⁽¹⁷⁾, referindo-se igualmente de maneira elogiosa à sua viúva, na evocação do Hotel Bragança⁽¹⁸⁾. Na época em que Carolina Coronado faleceu, José Bácia fez fotografias de vários aspectos do palácio, como os vários salões com o respectivo recheio,

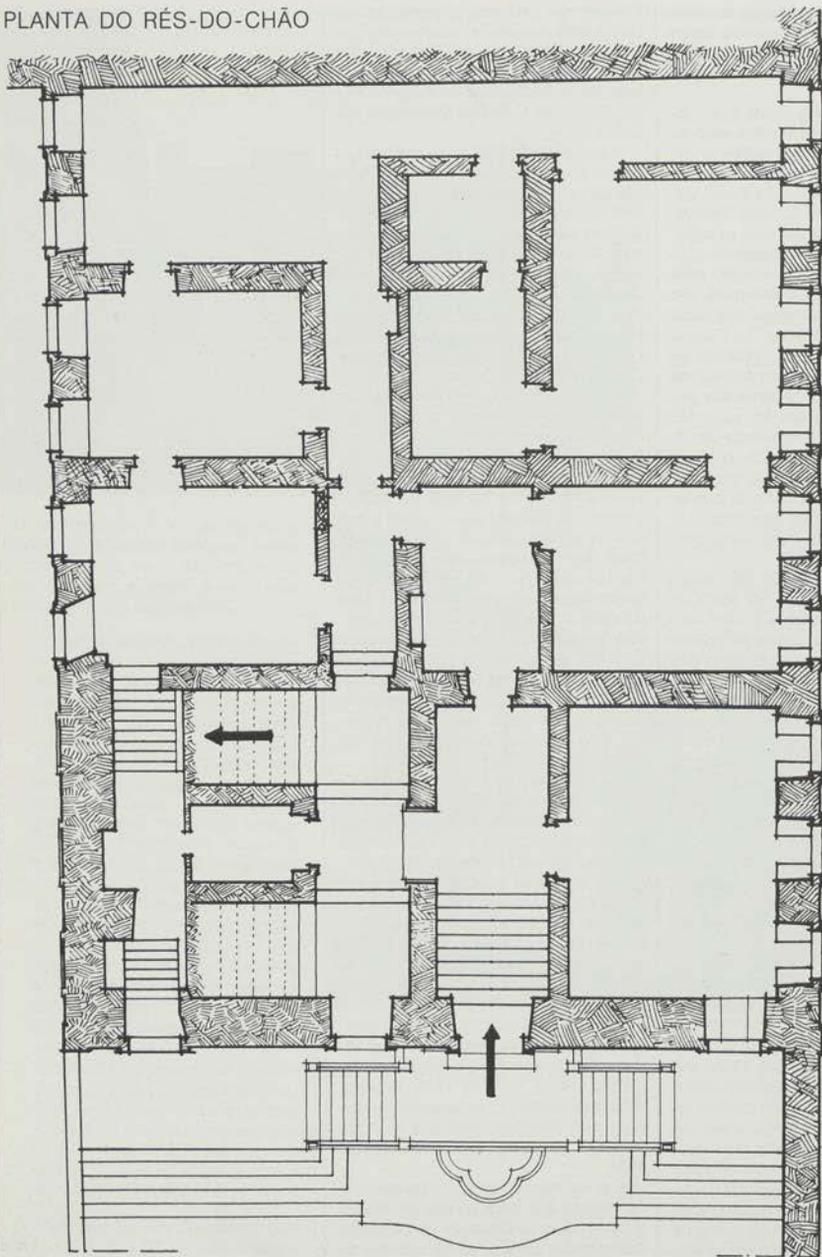
a capela, um belo oratório portátil barroco, de talha dourada, e recantos dos jardins, incluindo o lago com uma pata pela qual a poetisa tinha muita estima. Estas fotografias pertencem ao Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa⁽¹⁹⁾.

A propriedade, que já se encontrava hipotecada, foi adquirida em 1902 pelo capitalista António Centeno, permitindo uma cláusula da escritura de venda que Carolina Coronado continuasse a residir no palácio até ao fim da sua vida. O imóvel foi depois adquirido a Centeno por uma sociedade constituída por Francisco de Moura e Sá e Manuel Fuertes Peres. Em 1913 desligaram-se, formando então Fuertes Peres uma nova sociedade com Ernesto Rodrigues Seixas, a *Fuertes & Comandita*, fundadora da Fábrica Seixas, de metalurgia e fundição, cujos escritórios estiveram instalados nos salões do Palácio da Mitra. A Fábrica Seixas encerrou em 1925⁽²⁰⁾. Os pavilhões e armazéns da fábrica, construídos no prolongamento do pátio do palácio (para o que fora necessário destruir as cocheiras), foram depois ocupados pelo Asilo da Mitra. Um outro pavilhão de tijolo, nunca terminado, situava-se a poente do Pátio principal, no local das antigas dependências de serviço do palácio. Parte do pátio tinha sido vedado a norte por um gradeamento, no local onde se encontra actualmente o muro que o delimita. O Palácio da Mitra ainda alojou uma fábrica de licores, cujo escritório ficava situado na Rua do Arco do Bandeira⁽²¹⁾.

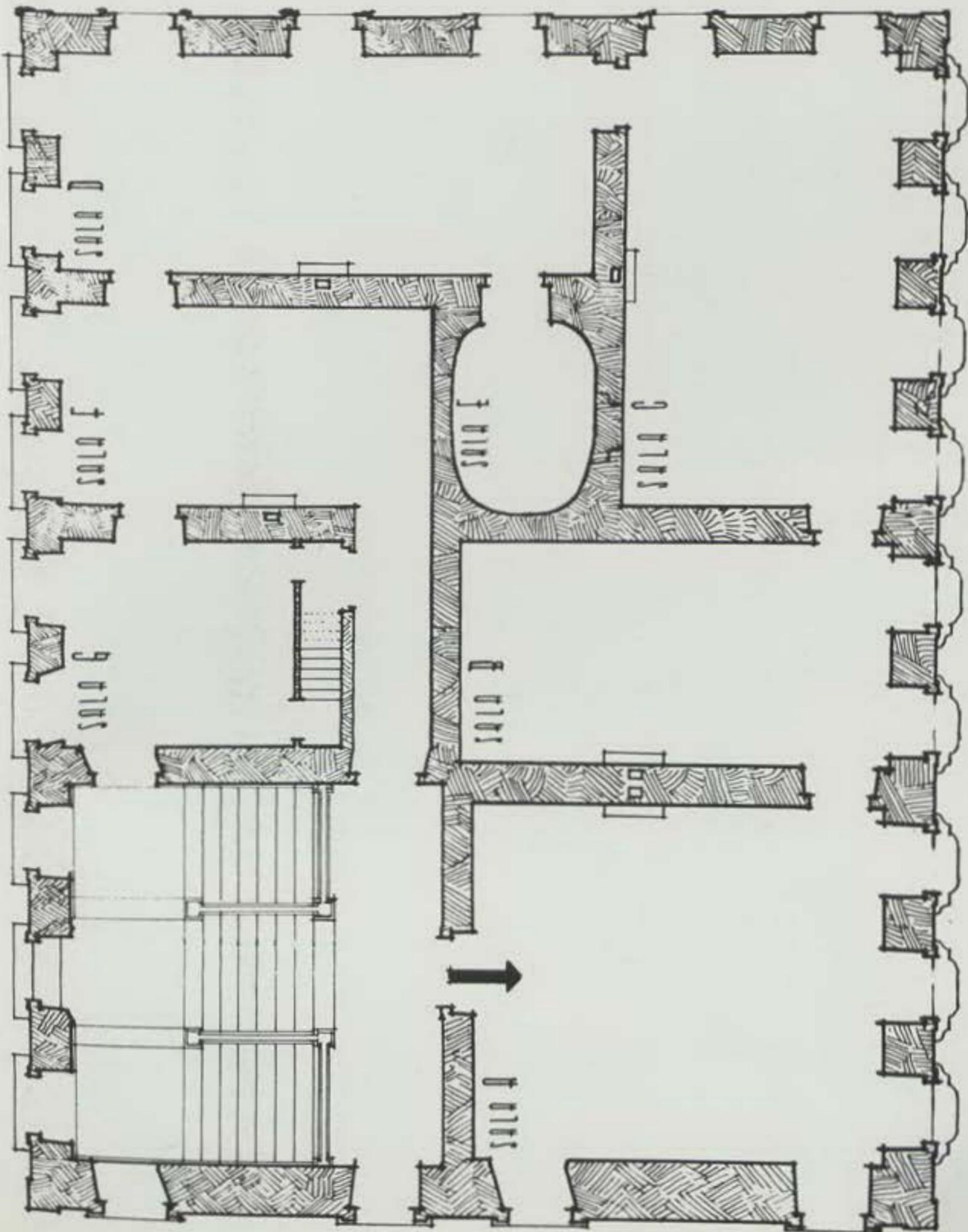
Em 15 de Abril de 1930, a Câmara Municipal de Lisboa comprou à sociedade Fuertes & Comandita «o palácio, terreno e mais anexos, tudo por 4000 contos, para aqui instalar um matadouro, projecto do qual depois a Câmara desistiu por haver encontrado nos Olivais e nos terrenos de Beirilol (quintas de São Bento, da Letrada e do Salto) terrenos mais apropriados»⁽²²⁾. Nos terrenos rústicos da Mitra instalou-se a Estação de Limpeza Oriental, e nos barracões anexos, da extinta Fábrica Seixas, um asilo de mendicidade, o Asilo da Mitra, ou apenas Mitra, como se tornou mais popular, inaugurado a 4 de Maio de 1933. O andar inferior do palácio foi seguidamente ocupado pela Biblioteca Municipal do Poço do Bispo, inaugurada a 17 de Outubro de 1934.

A propriedade sofreu neste período os maiores atentados da sua existência. Com as obras de instalação da Biblioteca desmantelou-se a primitiva cozinha do

PLANTA DO RÉS-DO-CHÃO



PLANTA DO 1.º ANDAR



Retrato do patriarca D. Tomás de Almeida,
de Vieira Lusitano.
Encontra-se no Paço Patriarcal de Lisboa



Retrato do arcebispo D. António de Mendonça,
retocado por Vieira Lusitano,
proveniente do Palácio da Mitra.
Encontra-se actualmente no Paço Patriarcal de Lisboa

Retrato do arcebispo D. Miguel de Castro,
de Vieira Lusitano,
proveniente do Palácio da Mitra.
Encontra-se actualmente no Paço Patriarcal de Lisboa



palácio, situada no andar inferior, juntamente com a capela edificada por D. Tomás de Almeida, a mutilação mais irreparável do conjunto, cometida antes de 1936.

Contribuiu ainda para a descaracterização completa dos espaços envolventes do palácio o alargamento da Rua do Açúcar e o aterro fronteiro, onde foram construídos armazéns, no início dos anos 50, que roubaram ao palácio a visão do Tejo. Estas alterações fizeram desaparecer todos os vestígios da remodelação fronteira empreendida por D. Tomás de Almeida, incluindo o cais e os dois obeliscos colocados nos ângulos com o muro da estrada, conservados numa arrecadação e só recentemente retirados para o Museu da Cidade, onde aguardam uma colocação condigna no palácio Pimenta. Também o pátio foi empobrecido com o inexpressivo muro do fundo e o gradeamento moderno a poente, bem como pelo torreão construído a servir de remate ao muro da frontaria. Do resto da propriedade nada se conservou, com excepção do jardim superior, virado a nascente.

Em 1941 a Câmara Municipal decidiu valorizar o palácio, instalando aí o Museu da Cidade (que tivera uma existência efémera e pouco definida no Palácio das Galveias), inaugurado em 24 de Abril de 1942^(*), o qual se manteve no edifício até 1973, ano em que começou a ser transferido para o palácio Pimenta, no Campo Grande. Depois de efectuada esta mudança, o andar inferior do Palácio da Mitra foi cedido ao grupo *Amigos de Lisboa*, que aqui instalou a sua sede, ficando o andar nobre reservado para cerimónias dos serviços de protocolo da Câmara Municipal de Lisboa.

II — BREVE DESCRIÇÃO DO PALÁCIO

Na sóbria frontaria evidencia-se a fachada severa do palácio, de carácter seiscentista, com um alto forro de silharia e uma fila de janelas desadornadas, no andar inferior, prolongadas superiormente pelas sacadas do andar nobre, cuja simplicidade é acentuada pela verga direita saliente das portas, e apenas animada pelo recorte ondulado da base das varandas, relacionável com o desenho das varandas da bela fachada setecentista da Casa das Varandas, no Campo das Cebolas, encostada à Casa dos Bicos. A fachada do Palácio da Mitra está bem enquadrada pelo paredão cego que suporta

o jardim superior, do lado direito, e pelo muro que fecha o pátio, à esquerda, ambos rematados por balaustrada igual, ritmada por pilastras divisorias, cuja forma piramidal truncada se assemelha às estípites que animam os cunhais do nobre frontispício de Canevari, na igreja de Santo Antão do Tojal, adjacente ao paço.

O muro do pátio apresenta duas janelas laterais e, ao centro, o magnífico portão nobre, com um alto arco de volta inteira, dividido por verga de pedra recta, formado por cantarias rusticadas que evocam a arquitectura militar seiscentista, sobre as quais dois pilares introduzem um poderoso ritmo vertical, reforçado por duas mísulas lavradas que nascem à altura da verga recta do arco e se recurvam teatralmente para os lados, sustentando o entablamento que se levanta à altura do fecho do arco, nos quais se integra uma pequena e bem esculpida pedra de armas de D. Tomás de Almeida. A verticalidade dos pilares e mísulas prolonga-se por duas pilastras da balaustrada superior, terminadas por urnas esculpidas, com carrancas na frente. Embora apresente semelhanças com algumas obras de Canevari, como um fontanário na povoação de Santo Antão do Tojal, junto do aqueduto, a severidade deste portão parece distanciar-se da amabilidade da obra de Canevari, antes se aproximando dos elementos que serviram de génese à arquitectura pombalina, nomeadamente o rigor e harmonia das proporções e ornamentação, aparentáveis com algumas obras de Carlos Mardel, como os fontanários da Rua do Século e da Esperança e o arco das Amoreiras, ou com algumas obras mais singelas de Ludovico, como o portal da sua casa, em São Pedro de Alcântara (de 1747), tendo-se a influência deste tipo de porta mantido até ao final do século XVIII, demonstrada pelo portal do palácio Quintela, na Rua do Alecrim. O portão da Mitra apresenta ainda o bellissimo gradeamento original, com as armas de D. Tomás de Almeida e as iniciais T.C.P.P.D.L., que significam, segundo Norberto de Araújo (*): «Tomás, Cardeal Patriarca e Prelado da Diocese de Lisboa».

No pátio, a porta do palácio encontra-se a um nível superior ao pavimento calcetado, sendo o acesso feito por dois lances de escadas laterais, com belo gradeamento idêntico ao do portão e uma pequena fonte na frente, com uma carranca idêntica às dos fontanários de Santo Antão do Tojal, a servir de bica. A

porta é outro elemento pouco vulgar do palácio, especialmente o óculo elíptico, gradeado, que a encima, integrado na cantaria e coberto por uma elegante cornija contracurvada. Esta porta evoca outra da mesma época, a do convento da Encarnação, ou das Comendadeiras de Avis, em Lisboa, resultante das obras efectuadas após um incêndio em 1734⁽²⁵⁾, a qual apresenta também um óculo elíptico na parte superior, ladeado por duas misulas encurvadas para os lados que sustentam um baldaquino, conjunto atribuível a Ludovice que, abstraindo da dimensão do baldaquino, parece resultar da fusão do portão e da porta de entrada do Palácio da Mitra. A cornija contracurvada, que na Mitra substitui inteligentemente o baldaquino do convento da Encarnação, é um elemento usado noutras obras joaninas, o qual se tornou vulgar, após o Terramoto, nos óculos e outras partes de algumas igrejas refeitas.

Esta fachada interna do palácio é mais severa que a da rua, com sacadas de varandas rectilíneas e pouco salientes. No seu prolongamento, para norte, deveria encontrar-se a frontaria da capela, possivelmente mais graciosa, da qual não se conhece nenhuma imagem. Sobre o muro que separa o pátio da rua encontra-se o varandim, apoiado sobre misulas elegantes e finas, que dava acesso às dependências de serviço, formando um ângulo recto nesta extremidade, igual ao que forma junto do palácio, sobre uma misula disposta no ângulo, o qual ficou transformado numa aberração com o remate rectilíneo feito durante a remodelação do palácio.

O edifício tem dois andares. O inferior, resultando possivelmente do aproveitamento de estruturas da construção anterior, é confuso e mal articulado. Com a destruição da cozinha o seu interesse ficou reduzido aos silhares de azulejos e à composição interior das janelas da frontaria virada para a rua, com os típicos bancos conversadeiros (ou namoradeiros) de pedra, aos lados de cada vão. Os tectos planos, de madeira, dão uma nota de conforto a estas salas viradas a Sul.

As estruturas pré-existentes condicionaram talvez a organização da entrada, que não é feita por um átrio, mas por um largo lance de escada, dando acesso a um fundo patamar, por onde se estabelece lateralmente, através de um arco, a ligação com a escadaria nobre. Esta escadaria é a parte mais elaborada e importante do edifício, tanto em termos espaciais como ornamentais. A partir do arco

de acesso, formando um tramo central, o primeiro patamar bifurca-se de modo teatral e labiríntico, dando perpendicularmente acesso a dois lances paralelos, adjacentes aos lados do quadrado onde a escadaria se inscreve, os quais terminam num patamar intermédio, de onde parte um terceiro lance, central. Este último dá acesso ao patamar superior, estando ambos protegidos por balaustrada bellissima, de mármore acastanhado, com balaustrés de forma periforme e secção triangular, alternadamente dispostos.

No patamar intermédio encontra-se a porta (entaipada) que dava acesso às tribunas da capela. Frontalmente, no patamar superior, encontra-se a porta do salão nobre, outro belo elemento de verticalidade muito acentuada, com um arco de volta inteira ladeado por duas altas volutas com ornatos vazados na frente, cujo remate se integra na cornija que envolve todo o compartimento. Esta porta parece uma variante simplificada do portão do próprio palácio, apresentando-se também, quanto à composição, com a porta de uma varanda na tribuna lateral da igreja de Santo Antão do Tojal.

O andar nobre, embora apoiando-se em parte da estrutura do inferior, mostra uma divisão de espaços bastante mais equilibrada e lógica⁽²⁶⁾. Do lado sul, abrindo as sacadas para o Tejo, o piso apresenta três salões: o principal, A, no cimo da escadaria e de planta quase quadrada, e dois outros mais alongados, B e C. A nascente encontra-se outro salão alongado, D, o qual, juntamente com o anterior, abrem várias portas para o jardim superior. Entre o salão D e o espaço da escadaria, viradas a Norte, encontram-se duas salas menores, F e G, junto de um corredor central. Um aposento interior, de planta elíptica, resultou da adaptação de um antigo oratório, possivelmente no século XIX.

Os tectos destas salas e o da escadaria são de masseira, pintados de branco, com discretos ornatos no centro, ao meio de cada lado e, por vezes, nos cantos. Evidenciam-se as decorações do salão nobre, pintadas a ouro imitando aplicações de talha dourada, que são de dimensões reduzidas mas muito cuidadas, nas discretas cartelas laterais ou na composição central, com elementos característicos do barroco joanino. A pintura do tecto da escada é idêntico, mas mais simples, apresentando no espaço central as armas de D. Tomás de Almeida. As decorações das salas B, F e G são

semelhantes. A sala C apresenta apenas alguns ornatos de talha policromada (grosseiramente repintados) no tecto, com alguns motivos concheados tardios que anunciam o estilo Rococó. No tecto da sala D combinam-se pinturas idênticas às das restantes salas com motivos de talha policromada (igualmente repintados) semelhantes aos da sala C.

O jardim encontra-se sobre um terraço, ao nível do andar nobre. Deveria ser um aprazível logradouro sobre o Tejo, antes de este ter ficado entaipado pelo aterro e pelos armazéns de frente. Formado apenas por canteiros de buxo e um pequeno lago central, juntamente com os painéis de azulejos entre as portas do palácio e um grande painel na parede oposta, coberta de buganvillas, este espaço é o único, no exterior do palácio, que ainda reflecte algo da ambiência setecentista que o animou durante a estadia dos arcebispos e as suas frequentes festas e requintes de ostentação sumptuária.

NOTA

Uma versão inicial, bastante mais reduzida, intitulada «Algumas notas sobre o palácio da Mitra, em Lisboa, e os seus azulejos», serviu de apoio a uma visita efectuada pelo Centro Nacional de Cultura a este palácio, em 27 de Outubro de 1984, estando incluída no respectivo *Caderno do C.N.C.*

(1) RALPH DELGADO, «O Lugar de Marvila e a Quinta da Mitra», *Olisipo*, Boletim do Grupo «Amigos de Lisboa», n.º 103, Lisboa, Julho de 1963.

(2) VILHENA BARBOSA, «Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inédito) — Arrabaldes de Lisboa», *Arquivo Pittoresco*, v. VII, Lisboa, 1864, pp. 220-222.

(3) SOUSA VITERBO, *A Jardinagem em Portugal — segunda série*, Coimbra, 1909, pp. 59-67.

(4) As armas de D. Tomás de Almeida encontram-se sobre a porta, e não nos obeliscos (os quais apresentam baixo-relevos de mármore, representando as *Alminhas*), como a redacção poderia fazer crer, equívoco em que caíram vários autores, como Vilhena Barbosa.

Era bastante interessante a implantação dos dois obeliscos na muralha de suporte da rua, rente ao Tejo, nos ângulos formados por esta e o cais de frente do portão nobre do palácio, conjunto construído pelo primeiro Patriarca, que se encontra reproduzido na gravura que acompanha o artigo de Vilhena Barbosa, no *Arquivo Pittoresco*.

(5) NORBERTO DE ARAÚJO, *Inventário de Lisboa*, fasc. 5, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, pp. 15-20.

(6) Este arquitecto já trabalhara em 1725 para D. João V, em Roma. Os elementos fundamentais sobre a sua estadia em Portugal encontram-

-se em AYRES DE CARVALHO, *D. João V e a Arte do Seu Tempo*, v. 2.º, Malra, 1962, pp. 357-372.

(7) A possibilidade de Canevario ter sido o arquitecto da remodelação do palácio de Lisboa foi-me sugerida pelo Eng. Maia Athayde, devotado estudioso dos valores artísticos de Lisboa.

(8) FERNANDO ANTÓNIO DA COSTA DE BARBOSA, *Elogio Histórico...*, p. 131.

(9) VILHENA BARBOSA, «Fragmentos de um Roteiro de Lisboa...».

(10) JÚLIO DE CASTILHO, *Lisboa Antiga — Bairro Alto*, v. III, 2.ª ed., Lisboa, 1956, pp. 114-115.

(11) PADRE JOÃO BAUTISTA DE CASTRO, *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, tomo terceiro, parte V, 2.ª ed., Lisboa, 1763, pp. 481-484. Esta narrativa termina referindo a obra exterior do palácio: «O mesmo eminentíssimo Prelado mandou fazer à borda da praia uma calçada magestosa; serviu com esta grande obra de utilidade ao bem comum, a que o seu nobre espirito muito atendia».

(12) FERNANDO ANTÓNIO DA COSTA DE BARBOSA, *Elogio Histórico...*, pp. 212-213.

(13) NORBERTO DE ARAÚJO, *Inventário de Lisboa*, fasc. 5, p. 16.

(14) Alguns destes quadros encontram-se reproduzidos na obra do PADRE MOREIRA DAS NEVES, *O Cardeal Cerejeira, Patriarca de Lisboa*, Lisboa, 1948.

(15) *Lisboa Antiga — Bairro Alto*, v. III, pp. 114-124.

(16) PADRE JOÃO BAUTISTA DE CASTRO *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, tomo terceiro, parte V, 2.ª ed., Lisboa, 1763, p. 445.

(17) JÚLIO DE CASTILHO, *Lisboa Antiga — Bairro Alto*, v. III, cap. XIV.

(18) JÚLIO DE CASTILHO, *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, v. VIII, 2.ª ed., Lisboa, 1937, cap. XI.

(19) Foram reproduzidas num artigo de JOSÉ CASCALES Y MUÑOZ, «Recuerdos de Carolinas Coronado», revista *Por Esos Mundos*, n.º 195, Madrid, Abril de 1911.

(20) NORBERTO DE ARAÚJO, *Inventário de Lisboa*, fasc. V, p. 16.

(21) J. M. CORDEIRO DE SOUSA, «Palácio da Mitra», *A Família*, n.º 14; artigo incorporado na *Colecção Olisiponense*, v. II, Lisboa, 1958.

(22) NORBERTO DE ARAÚJO, *Inventário de Lisboa*, fasc. V, p. 16.

(23) *Guia do Museu da Cidade*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1942.

(24) *Inventário de Lisboa*, fasc. 5, p. 17.

(25) MANUEL MAIA ATHAYDE, «Igreja e Mosteiro das Comendadeiras de São Bento de Avis» *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, v. V, 2.º tomo, Junta Distrital de Lisboa 1975.

(26) A designação das salas do andar nobre é a mesma da planta que acompanha o *Guia do Museu da Cidade* de 1942.

Jardim superior do palácio, de onde se avista o Tejo, numa fotografia anterior à construção dos armazéns fronteiros, nos anos 50, que entaiparam o rio.





A magestosa escadaria principal do Palácio da Mitra, vista do patamar central (onde se situava o acesso às tribunas da destruída capela), de onde parte o último lance que dá acesso ao salão nobre através da elegante porta do patamar superior.

A conjugação dos balaústres de mármore, dos excelentes azulejos ornamentais e figurativos e da pintura do tecto, associados à nobre e sóbria arquitectura, fazem deste espaço o mais belo e elaborado do palácio e um exemplar característico da arquitectura palaciana joanina.

NO PRIMEIRO CENTENÁRIO
DO NASCIMENTO
DE JAIME CORTESÃO

JAIME CORTESÃO

VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Em 1925 efectuaram-se eleições para a vereação da Câmara Municipal de Lisboa. As listas propostas incluíam o nome de Jaime Cortesão. O seu biógrafo e amigo Senhor David Ferreira assim indica as condições que rodearam essa candidatura:

«Embora contrariado, teve Jaime Cortesão de aceitar a indicação do seu nome para figurar na lista que a oposição tentava apresentar ao eleitorado de Lisboa. Mas as negociações para a organização de uma coligação das esquerdas — que deveria englobar o Partido Republicano da Esquerda Democrática (da presidência do sr. José Domingues dos Santos), o Partido Republicano Radical, o Partido Socialista Português, o Grupo Seara Nova, elementos das classes operárias e, possivelmente, a Acção Republicana (agrupamento chefiado por Álvaro de Castro) — fracassaram perante dificuldades que na ocasião não puderam ser superadas. Duas semanas depois do acto eleitoral para as Câmaras legislativas, realizaram-se, em 22 de Novembro de 1925, as eleições de parte dos corpos administrativos (Câmaras Municipais e procuradores às Juntas Gerais dos Distritos). O nome de Jaime Cortesão foi então incluído na lista apresentada pela conjunção radical-esquerdista, constituída pelos Partidos Radical e da Esquerda Democrática e por elementos de vários sectores das classes trabalhadoras. Sem ter tomado parte na organização da referida conjunção, a Seara Nova via-a, porém, com toda a simpatia; mas a verdade é que nada havia sido deliberado no sentido de candidatos seus participarem nas listas que ela apresentasse. Foi até com certa surpresa que Jaime Cortesão soube que o seu nome ia ser proposto ao eleitorado, embora, quando de maneira sumária o assunto havia sido ventilado, o Grupo se tivesse fixado, em princípio, no

nome dele e no de José Rodrigues Miguel. E Jaime Cortesão foi realmente eleito para a Câmara Municipal de Lisboa» (1).

Referências a ter sido Jaime Cortesão vereador, encontram-se, por ex., no volume sobre este historiador coordenado por Óscar Lopes, onde se diz apenas que em «1925 — É eleito para a Câmara Municipal de Lisboa» (?) ou no número especial da «Prelo», que a Jaime Cortesão é dedicado inteiramente, onde encontramos que em «1925 — É eleito pela coligação radical para a vereação da Câmara de Lisboa» (?).

Em sessão realizada no dia 2 de Janeiro do ano seguinte, «reuniram-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho» — diz a respectiva acta — «os seguintes cidadãos, declarados presumidos eleitos, como efectivos, para servirem no triénio de 1926 a 1928 pela assembleia de apuramento...» (*). Entre eles estava Jaime Cortesão.

Procedeu-se à eleição do presidente, vice-presidente, 1.º secretário, 2.º secretário, 1.º vice-secretário e 2.º vice-secretário, não tendo sido escolhido Jaime Cortesão para nenhum dos cargos. Seguidamente, fez-se a eleição dos efectivos e substitutos, com os seguintes resultados:

«Para efectivos: Alexandre Ferreira, 23 votos; Alfredo Pedro Guisado, 26 votos; dr. António dos Anjos Corvinel Moreira, 12 votos; Emmanuel Kohn, 26 votos; João Martins Casal, 13 votos; José Inácio Pinto Rodrigues, 17 votos; Raul Marques Caldeira, 24 votos; Januário Esteves Nogueira, 3 votos; dr. Daniel José Rodrigues, 1 voto; Armando Alves Berardo, 1 voto; António Rodrigues de Almeida Santos, 9 votos; Ilídio José Coimbra Santos, 9 votos e José dos Santos, 1 voto.

Para substitutos: António Gomes Sazano, 25 votos; António Rodrigues de Almeida Santos, 10 votos; Armando Alves Berardo, 13 votos; Jaime Cortesão, 9 votos; Januário Esteves Nogueira, 23 votos; José Augusto Leal, 26 votos; Júlio Silva, 13 votos; José António de Abreu, 15 votos; António Avelino Ribeiro, 9 votos; José dos Santos, 7 votos; Augusto César de Magalhães Peixoto, 2 votos e José Inácio Rodrigues, 8 votos.

Face a estes resultados, foram considerados eleitos para efectivos Alfredo Pedro Guisado, Alexandre Ferreira, Emmanuel Kohn, Raul Marques Caldeira e José Inácio Pinto Rodrigues e para substitutos José Augusto Leal, António Gomes Sazano, Januário Esteves Nogueira e José António de Abreu».

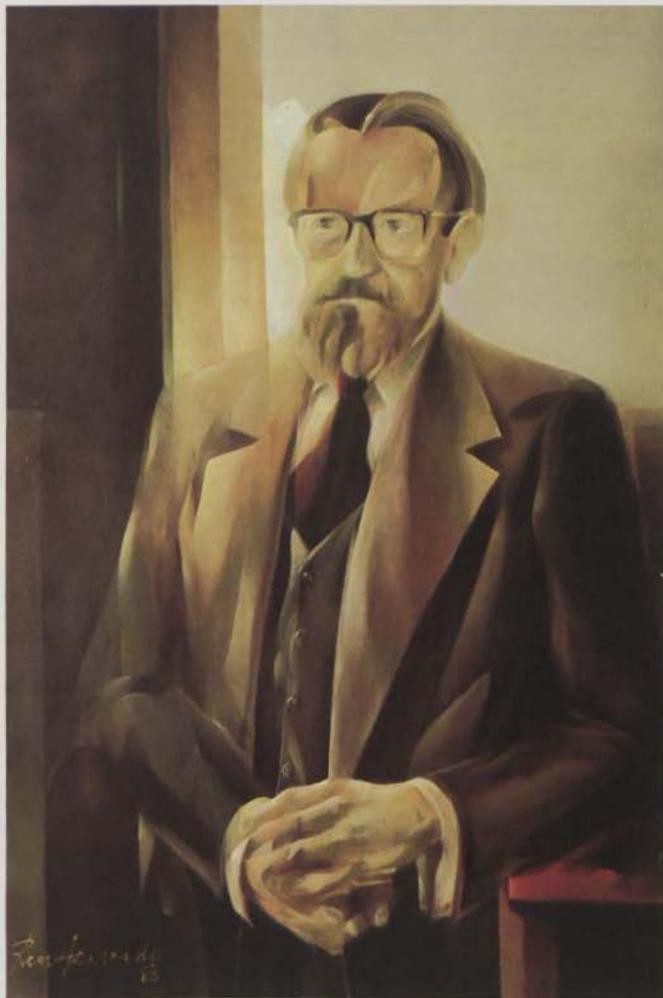
Foi seguidamente suspensa a sessão, tendo-se retirado no intervalo duas pessoas, sendo uma delas Jaime Cortesão. Reaberta a sessão, realizou-se a votação para os lugares ainda vagos, tendo sido eleitos para efectivos António dos Anjos Corvinel Moreira e António Rodrigues de Almeida Santos e para substitutos António Avelino Ribeiro, Ilídio José Coimbra Santos e José dos Santos. Foram ainda eleitos os vogais da Comissão Executiva, com os seguintes resultados;

«Para efectivos: Alfredo Pedro Guisado; Emmanuel Kohn; Alexandre Ferreira; Raul Marques Caldeira; António dos Anjos Corvinel Moreira; José Inácio Pinto Rodrigues e António Rodrigues de Almeida Santos.

Para substitutos: José Augusto Leal; António Gomes Sazano; Januário Esteves Nogueira; José António de Abreu; António Avelino Ribeiro; Ilídio José Coimbra dos Santos e José dos Santos».

A reunião seguinte foi em 12 de Janeiro. Jaime Cortesão faltou. O mesmo sucede na terceira reunião efectuada em quinze de Março, na quarta e quinta, respectivamente em dezassete e vinte e dois desse mesmo mês.

Nesta última reunião foram nomeadas as Comissões de Estudo: Instrução Pública, Saúde e Higiene, Fazenda Municipal, Obras Públicas, Contencioso, Iluminação, Abastecimento de Águas, Serviço contra Incêndios, Mercados, Feiras e Lavadouros, Posturas e Licenças e Toponímia. A presidência da Comissão de Instrução Pública foi atribuída a Jaime Cortesão, tendo como vogais Daniel Rodrigues e Ilídio José Coimbra Santos. A Comissão de Toponímia teve como vogais Jaime Cortesão e Ilídio José Coim-



A Biblioteca Nacional de Lisboa encomendou recentemente a Rui de Azevedo a execução do retrato do seu antigo director Jaime Cortesão. A pintura está datada de 1980

Outora a vereação reunia-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Aspecto de uma reunião durante o reinado de D. Carlos

bra Santos e o presidente era João Martins Casal.

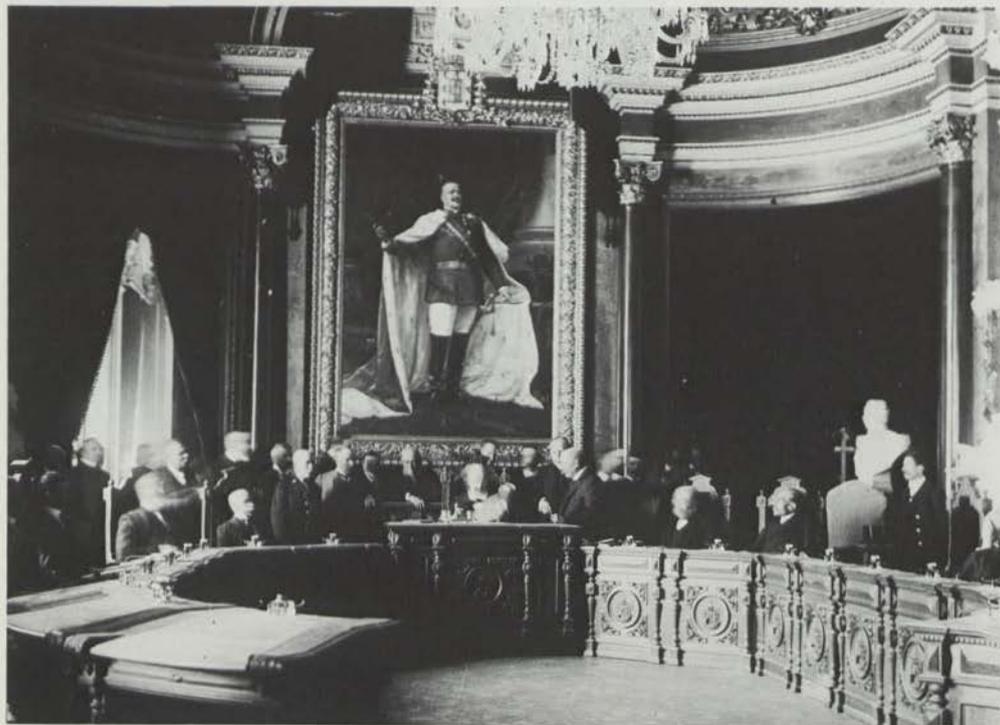
A sexta sessão realizou-se no dia 2 de Abril, não tendo comparecido Jaime Cortesão. Mas à noite, realizou-se a sétima sessão, na qual esse historiador esteve presente. E vai declarar «que não tinha assistido às sessões anteriores por motivo de doença e, por isso, pedia para as suas faltas lhe serem relevadas. Mais comunica que sempre que o tempo não estivesse bom, não podia comparecer às sessões por determinação do seu médico».

Nessa mesma altura, Jaime Cortesão define a sua atitude como vereador:

«Aproveitava» — disse — «o facto de estar com a palavra para declarar qual seria a sua atitude na Câmara. Não representava na Câmara nenhum partido político, sendo vereador por vontade dos eleitores e, por isso, tinha de se sujeitar ao resultado do sufrágio. Esperava na sua função meramente administrativa não ter de tomar uma atitude de oposição contra qualquer grupo ou contra a

Comissão Executiva, mas apenas dar a sua mais sincera colaboração na administração dos negócios do Município. Oposição sistemática não a faria. Não tinha razão alguma para atacar a maioria, onde contava alguns amigos dedicados e a cujas qualidades de carácter e a cuja acção devia prestar homenagem. Entre eles tinha de salientar os srs. vereadores Alexandre Ferreira e dr. Daniel Rodrigues. Não faria, pois, outra política que não fosse a da verdadeira acepção da palavra, isto era, a da boa administração municipal».

No decorrer da sessão, Emmanuel Kohn apresentou uma proposta relativa a contribuições. A esse propósito Jaime Cortesão «declara voltar a falar, mas apenas para proferir meia dúzia de palavras. Não negaria o seu voto à proposta do sr. Emmanuel Kohn, mas não podia deixar de lamentar que o assunto viesse de surpresa à Câmara, sem o devido estudo da Comissão de Fazenda. Citaram alguns oradores o que foram as administrações transactas, recomendando, por



isso, maior zelo e economia. Estava indicado o caminho a seguir. Lisboa (...), sendo uma cidade como poucas do Mundo e, por isso, digna de ser tratada com todo o carinho e cuidado, era materialmente uma das mais atrasadas. Impunha-se dotar a cidade com os melhoramentos de que ela era digna por todos os motivos. Apresentaria em tempo oportuno uma proposta para melhoramentos citadinos. Não se deveria agravar a vida dos munícipes, mas impunha-se a criação de novos impostos, criando-se assim verba para fazer face às despesas que era necessário fazer para dotar Lisboa com os melhoramentos de que ela necessitava».

A oitava sessão teve lugar no dia 9 de Abril. O vereador Avelino Ribeiro apresenta uma proposta no sentido de ser criada «uma medalha para ser usada pelos sobreviventes que mais se distinguiram na revolução do 5 de Outubro de 1910, na cidade de Lisboa». Votou contra Jaime Cortesão, o qual depois «declara que poderia parecer paradoxal que tivesse rejeitado o requerimento quando tinha uma medalha no peito. Não sabia concretamente do que se tratava. Era contrário a condecorações como por várias vezes o tinha declarado e era do conhecimento público e até havia recusado a Grã-Cruz de Cristo. Não sabia do que se tratava e como não reconhecia a urgência votou contra. Ostentava no peito e pela primeira vez a Cruz de Guerra. Passando o 9 de Abril pensara antes de sair de casa se deveria ou não pôr a Cruz de Guerra. Fizera propaganda a favor da nossa participação na Grande Guerra e como português e patriota partiu para o campo de batalha como voluntário, em defesa do direito e da justiça. Nessas condições entendia que devia vir para o público com a Cruz de Guerra, não por vaidade, mas como afirmação de princípios».

A proposta de Avelino Ribeiro justificava-se, segundo nos parece, devido à Câmara Municipal de Lisboa estar ligada ao estabelecimento do regime republicano, por a eleição em 1908 de uma vereação republicana representar uma das grandes vitórias do Partido Republicano durante a monarquia e também por ter sido proclamada a República da varanda dos Paços do Concelho, depois duma revolução que se desenrolou e venceu em Lisboa, evento que uma lápide, colocada na escadaria principal do edifício, recorda.

O Dr. Eusébio Leão, escolhido para Governador Civil de Lisboa depois da revolução de 5 de Outubro, falando da varanda dos Paços do Concelho quando da proclamação da República

O Dr. Inocêncio Camacho lendo da varanda dos Paços do Concelho os nomes dos membros do Governo Provisório, após a proclamação da República





Quadro alusivo à vereação republicana eleita para a Câmara Municipal de Lisboa, ainda durante a Monarquia, em 1908. É da autoria de Veloso Salgado

O quadro de Veloso Salgado, hoje no Museu da Cidade, anteriormente esteve numa sala de reuniões dos Paços do Concelho





Escadaria dos Paços do Concelho, tendo ao cimo a placa comemorativa da proclamação da República na varanda desse edifício

Nesta mesma sessão, foi submetido à discussão um processo, tendo em apenas um outro, iniciado por uma representação da Associação Comercial de Lisboa e da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, sobre a postura constante do edital de 18 de Janeiro desse mesmo ano sobre anúncios, tabuletas, dísticos, etc. em língua estrangeira, que implicariam uma tributação. Nessa exposição, dizia-se:

«Uma firma comercial, um dístico, uma legenda, são por vezes toda a garantia da prosperidade e da procura de uma casa. Mudar essa firma, essa legenda, esse dístico, de um momento para o outro, seria dar uma machadada gravíssima na prosperidade desse organismo comercial. Por outro lado, obrigar o comércio nessas condições ao pagamento da contribuição, a que se refere o art.º 1.º da Postura, é condená-lo, a ele, já tão sobrecarregado de impostos do Estado e do Município, a uma pena, a um castigo, de um crime cujas culpas não lhe cabem. Antes do dia 18 de Janeiro de 1926, esse castigo não é justo, pois que até então a escolha dessas legendas estava, pelo consenso do próprio Município, ao livre alvedrio do comerciante.

Não era pois um crime, nem tão pouco um ligeira transgressão, o uso ou abuso das línguas estrangeiras na fronteira das nossas casas comerciais. E nem sequer o mal baratar da própria língua era exclusivo nosso.

Usavam e abusavam desse ora reconhecido mal, quase todos os povos do velho e do novo Mundo. Um dia, porém, o Brasil — foi a nação irmã e amiga que deu para os povos latinos o primeiro grito de alarme — e depois a Itália, pensando, e bem, que era preciso salvaguardar a pureza dos seus idiomas nas tabuletas e nos letreiros das suas casas comerciais, fizeram incidir, sobre estas, pesadas contribuições. Portugal, numa hora de bom senso, seguiu-lhes as pisadas. Bem haja. E justo é que se saliente, para os merecidos louvores, este salutar princípio que V.Ex.ª mandou pôr em execução.

Mas lá fora respeitaram-se os direitos adquiridos. Quer dizer: não se estabeleceu uma lei com efeito retroactivo. É contra isso em especial que as corporações signatárias reclamam, em defesa dos seus consócios.

Comentando esta representação, o vereador Dr. Daniel Rodrigues disse «ter sido o autor da postura que fora aprovada e que, com surpresa sua, voltava no-

EDITAL

DR. ANTONIO DOS ANJOS CORVINEL MOREIRA,
Presidente da Comissão Executiva da Camara Municipal de Lisboa

Faço saber que esta Comissão Executiva, em sessão de 14 de Janeiro corrente, tendo tomado conhecimento de que foi cumprido o disposto na Lei N.º 1299, de 10 de Agosto de 1922, e de que não houve nenhuma reclamação das Juntas de Freguesia, deliberou pôr em vigor a seguinte

POSTURA

Artigo 1.º — Os annuncios de caracter permanente, placas, disticos, letreiros e tabletas, e gídeos em idioma estrangeiro, e collocados em qualquer parte dos predios, paredes, e de publicidade, casas de espectaculos publicos, e de uma maneira geral em todos os lo-
via publica, ficam sujeitos ao pagamento da taxa annual de 500\$00, alem das imposições ger-
e tributação que sobre elles incidir pelas posturas vigentes;

§ 1.º — Excepcionam-se desta imposição as especies mencionadas neste artigo:

a) — Compostas em latim;

b) — Contendo palavras que, embora de origem estranha, já devam considerar-se incorporadas no lexico nacional;

c) — Empregando algum vocabulo que não tem traducção em vernaculo;

d) — Se os nomes estrangeiros, que contém, forem proprios de pessoas individuais ou collectivias, de a-
natureza intraduzivel;

§ 2.º — Quando os letreiros e tabletas excederem a area de 5" 00 x 1" 00, ficam sujeitos ao pagamento de
tantas vezes a taxa, quantas vezes se contiverem aquellas dimensões ou parte delias;

Art. 2.º — Os annuncios, placas, disticos, letreiros e tabletas, redigidos em vulgar, serão correctamente escritos,
e não será permitida a sua affixação ou collocação sem que a Camara verifique, pela Repartição com-
petente, que nella se observaram os preceitos que regem a linguagem vernacula;

§ 1.º — Quando as especies referidas neste artigo, e já expostas ao publico, apresentarem absurdos orthogra-
ficos, erros grammaticos evidentes, ou ainda palavras que afectem a verdade historica ou a dignida-
dacional, serão os seus proprietarios intimados para corrigi-las ou retirá-las no prazo de 8 dias, sob
pena de multa de 25\$00 e do dobro na reincidencia, podendo a Camara, depois de seta aplicada sem
resultado, mandar retirar a tableta, distico ou palavra incursa, pelo seu pessoal;

§ 2.º — Surgindo duvidas fundamentadas sobre a escrita ou adopção de qualquer palavra, ou sobre a re-
dação vernacula dos disticos ou tabletas, a Camara consultará sobre o assunto a Academia das
Sciencias de Lisboa;

§ 3.º — Do produto da applicação desta postura, a Camara inscreverá annualmente no seu orçamento um
subsídio congruente a favor da Academia das Sciencias, para auxilio dos seus trabalhos sobre a
lingua portuguesa, e gratificação pelas consultas que tiver de lhe fazer.

E, para geral conhecimento, se publica o presente edital.

Paços do Concelho, em 18 de Janeiro de 1925.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

(a) Antonio dos Anjos Corvinel Moreira

vamente à discussão, isto passado quase um ano. A postura fora recebida com aplauso e via-se pela representação que as próprias associações reclamantes com ela concordavam, mas que desejavam não tivesse efeito retroactivo, respeitando-se direitos, que entendia adquiridos. Não se tratava da aplicação de uma pena onde não se admitia o efeito retroactivo. O que se tratava era de defender a pureza da língua portuguesa e acabar-se com o abuso de letrados em língua estrangeira. Repetia que não se tratava da aplicação de penalidades e, por isso, a reclamação não tinha razão de ser. Podia discutir-se o quantitativo indicado na postura, mas deveria declarar que ele era insignificante em relação ao fixado noutros países e entre eles no Brasil onde a taxa era muitíssimo mais elevada. A postura deveria ferir alguma coisa para se conseguir os fins que se tinha em vista. Para se reduzir a taxa o melhor seria revogá-la por completo. Estranhava que a postura voltasse à Câmara por deliberação da Comissão Executiva que tinha a obrigação de a fazer cumprir. A Comissão Executiva exorbitara suspendendo a postura, pois isso não era das suas atribuições. A Câmara não deveria reconsiderar».

Usou depois da palavra, sobre o mesmo assunto Emmanuel Kohn e Alfredo Franco, o qual disse concordar «com o sr. dr. Daniel Rodrigues e lembra às associações reclamantes, que têm como órgão um jornal que tanta apologia fazia de Mussolini, o que este fizera na Itália com respeito aos letrados e tabuletas em língua que não fosse a italiana. Ao princípio também na Itália taparam as tabuletas, mas, por fim, conformaram-se e pagaram».

Interveio a este propósito Jaime Cortesão, afirmando que concordava «plenamente com as considerações do sr. dr. Daniel Rodrigues. Conhecia o que se passava no Brasil e, por isso, podia declarar que as posturas ali eram mais rigorosas. A Câmara tinha o dever de reprimir o que se estava fazendo com respeito a tabuletas e letrados até por uma questão de dignidade nacional. Era humilhante até aos olhos dos estrangeiros o que se passava quanto ao abuso que se notava trocando uma língua bela e com uma tradição por outras estrangeiras. Concordava também com o que dissera o seu colega socialista sr. Alfredo Franco quanto ao que se passava na Itália. A postura, conclui, devia ser mantida, retirando-se o processo da discussão».

Deve dizer-se que, nesta época, os letrados e as denominações dos estabelecimentos em língua estrangeira deviam ser numerosos.

No *Guia de Portugal*, no seu primeiro volume, publicado em 1924, encontramos para Lisboa indicados os seguintes estabelecimentos com denominações em línguas estrangeiras, apesar de aí se encontrarem referidos apenas os mais importantes:

Hotéis: *Avenida Palace, Hotel de l'Europe, Suisse Atlantic Hotel, London-Pension-Hotel, Pension Hotel, York House e English Pension.*

Restaurantes: *Trianon, Charcuterie Française, e Rendez-vous des Gourmets.*

Cafés e cervejarias: *De la Gare, Bar Petit Suisse, Brasserie Française e Café de France*

Pastelarias: *La Lys, Bijou des Gourmets, Maison Parisienne e Patisserie Versailles*(¹).

EDITAL

DR. ANTONIO DOS ANJOS CORVINEL MOREIRA, Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa

Faço saber que, em aditamento ao parágrafo 1.º do art. 1.º do edital de 18 de Janeiro corrente, sobre a redacção de anúncios, taboletas, dísticos, etc., em língua estrangeira, se publica a alínea e), que, por lapso, não foi incluída no referido edital:

- e) — Se contiverem indicações simples da indústria ou comércio, em língua estranha e em letras de pequeno formato, desde que as mesmas sejam acompanhadas da respectiva tradução portuguesa em caracteres de formato duplo, pelo menos.

E, para geral conhecimento, se publica o presente edital.

Faço do Concelho, em 19 de Janeiro de 1926.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

(¹) Antonio dos Anjos Corvinel Moreira

EDITAL

DR. ANTONIO DOS ANJOS CORVINEL MOREIRA, Presidente da
Comissão Executiva da Camara Municipal de Lisboa.

Faço saber que esta Comissão Executiva, tendo em consideração o solicitado pelas Associações Comercial de Lisboa e Comercial de Lojistas de Lisboa, relativamente á Postura promulgada em edital de 18 de Janeiro proximo findo, ácerca da redacção de anuncios de character permanente, placas, disticos, letreiros e taboletas, compostos em idioma estrangeiro, resolveu, em 18 de Fevereiro corrente, submeter o pedido á apreciação da Camara Municipal e suspender, no emtanto, a execução da referida Postura, devendo, porêem os interessados tirar as suas licenças nos termos da Postura anterior e com resalva do que fôr resolvido pela Camara.

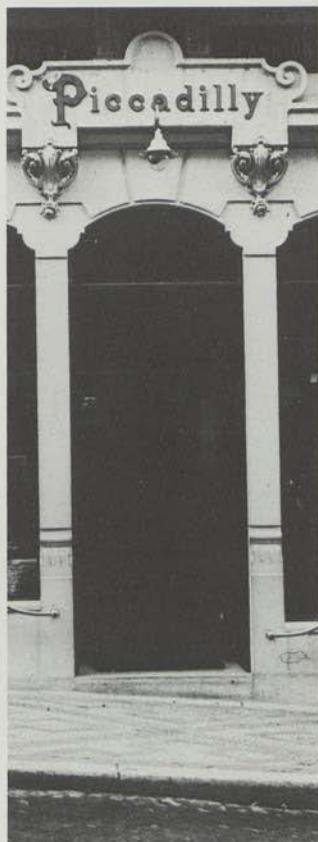
E, para assim constar, se publica o presente edital.

Paços do Concelho, 20 de Fevereiro de 1926.

O Presidente da Comissão Executiva

[a] Antonio dos Anjos Corvinel Moreira





Alguns exemplos
de letreiros
com palavras
estrangeiras



Mais alguns exemplos
de letreiros
com palavras estrangeiras



Mas os esforços de Jaime Cortesão e dos outros vereadores em defesa da língua portuguesa foram baldados, porquanto a Comissão Executiva suspendeu a postura, o que provocou vivos protestos do Dr. Daniel Rodrigues na sessão de 20 de Abril, na qual não esteve presente Jaime Cortesão.

Na sessão do dia 13 de Abril esteve presente Jaime Cortesão, tendo-se inscrito para usar da palavra antes da ordem do dia, na sessão seguinte.

Esta teve lugar no dia 16 de Abril e Jaime Cortesão, em sua intervenção, pediu «a atenção da Câmara para o assunto de que ia tratar e que julgava interessante e de uma importância fundamental para a cidade. Em todos os países, e muito especialmente os da Europa, existia vulgarizada a telefonia sem fios, como instrumento de educação do povo. O orador cita em seguida o que se passava na França, na Itália e até na Alemanha, onde se assistia a conferências por meio de telefonia sem fios, sobre assuntos coloniais e outros. Como educação também se adoptava a telefonia sem fios para a educação das crianças. Em Portugal, prossegue o orador, não se procedia assim, o que constituía uma vergonha para Portugal, que sendo uma nação republicana se encontrava atrasadíssima no que respeitava a difusão de ideias. Com um pouco de boa vontade, que sabia existir em alguns seus colegas da vereação com quem conferenciara sobre o assunto e ainda por parte do Ministério da Instrução que lhe declarara que o governo daria o seu apoio naquela útil iniciativa por entender que se tratava de um grande interesse nacional, poder-se-ia levar a cabo a adopção das telefonias sem fios como instrumento de educação. A despesa poderia ser de uns 300 a 400 contos, verba assaz pequena dado o benefício que se obtinha. Em seguida, o orador lê e envia para a mesa a proposta seguinte:

Considerando que hoje todos os países civilizados do Mundo, e em especial da Europa, utilizam a telefonia sem fios como instrumento de educação do povo, aperfeiçoamento moral e difusão da arte no interior e propaganda nacional dentro e fora das fronteiras, por meio de concertos, notícias, contos, conselhos, conferências, etc.;

Reflectindo em que numa democracia atrasada como a nossa, mais urge intensificar a educação geral, como fonte de todos os progressos materiais e morais e

para isso a radiodifusão bem utilizada oferece excelentes vantagens;

Constatando a timidez e ausência de rasgo benemerito que em geral caracteriza a capital portuguesa;

Proponho: Que a Câmara Municipal de Lisboa, tomando consciência da sua função metropolitana e das responsabilidades que a obrigam em relação ao povo republicano que a elegeu, tão abandonado nos seus interesses espirituais, instale um posto transmissor de telefonia sem fios e salas de audição popular, convidando igualmente todas as Câmaras do País a instalarem postos receptores e salas públicas de audição;

Que esse posto vise principalmente a educação geral, transmitindo ordenadamente conferências adequadas às classes operárias, aos agricultores, às mulheres, à mocidade das escolas, às crianças, etc. e também a propaganda nacional dentro e fora do País.

Finalmente, que para a perfeita realização desse objectivo, seja criada desde o início uma comissão directora e administrativa, composta de sábios, professores, artistas e representantes das várias classes com carácter inteiramente nacional.

Seguidamente, o proponente alvita ainda que para a solução financeira do problema se utilizem os meios hoje seguidos, por exemplo, na Inglaterra, e se peça o auxilio do Estado e das demais Câmara Municipais do País, igualmente interessadas na realização desta proposta.

Tem, além disso, a honra de declarar que, havendo comunicado o assunto desta proposta ao sr. ministro da Instrução, este o autorizou a declarar que o Governo lhe dava o seu apoio, convencido do seu grande interesse nacional.

E lembra enfim que para o funcionamento dum posto semelhante, convirá que a Câmara Municipal de Lisboa requeira ao Governo que tome as medidas indispensáveis de policiamento para evitar os abusos de amadores.

Continuando no uso da palavra, Jaime Cortesão, declarando ter de se ausentar do país para o estrangeiro, pede que lhe sejam concedidos 30 dias de licença, prometendo, se a Câmara assim o entendesse, ir a Toulouse estudar o assunto da telefonia sem fios.

A licença pedida foi concedida por unanimidade.

Prosseguindo a sessão, registaram-se diversas intervenções sobre diver-

sos assuntos, tendo Júlio Silva afirmado que, «quanto à proposta do sr. Jaime Cortesão, tinha a declarar que o grupo socialista a ouvia ler com o interesse que ela merecia. A proposta partia de um espírito culto que desejava criar um ambiente espiritual».

Mais adiante, Almeida Santos «declara dar o seu entusiástico aplauso à proposta do sr. dr. Jaime Cortesão e faria tudo quanto pudesse fazer no sentido de ela se efectivar».

Este projecto de Jaime Cortesão reveste-se de uma índole precursora que o torna deveras notável. Apresentado em 1926, quando entre nós, a radiodifusão, ainda numa fase de amorismo, estava tão-pouco desenvolvida, e quando a prática de ensino fora dos estabelecimentos escolares, de cursos, era algo de rarissimo, quando o ensino à distância era actividade praticamente desconhecida e quando tantas décadas faltavam para tal técnica pedagógica ser utilizada em Portugal, é na verdade uma ideia de enorme significado e valor. Embora Jaime Cortesão se tenha afirmado em outros domínios e as suas incursões no campo da pedagogia sejam raras, este projecto dá-lhe jus a que, ao ser traçada a história da pedagogia em Portugal no actual século, o seu nome surja com a devida relevância.

Ainda nesta sessão, verifica-se ter intervenido Jaime Cortesão mais uma vez, sendo esta a derradeira em que usou da palavra na vereação do Município lisboeta.

Almeida Santos propõe que à rua de S. Jerónimo, em Alcântara, fosse atribuída a designação de rua Feliciano de Sousa. Jaime Cortesão «declara estar de acordo com a proposta do sr. Almeida Santos, e lembra a conveniência de se nomear uma comissão para estudo de um vasto plano de melhoramentos citadinos. Dessa comissão deveriam fazer parte não só os vereadores, como pessoas estranhas à Câmara, que pelos seus conhecimentos devessem ser ouvidos sobre o assunto».

A este respeito, Almeida Santos «lembra que havia a Comissão de Estética», ao que Jaime Cortesão replicou «que de facto tinha havido uma Comissão de Estética, pois ele orador dela fizera parte. Entendia, porém, que a Comissão deveria ser mais completa». E, na verdade, um plano de melhoramentos citadinos era algo de bem mais vasto do que a perspectiva estética da cidade, pois esse plano poderia — e deveria —

incluir projectos que ultrapassassem os objectivos da comissão anterior.

É votada e aprovada a proposta de Almeida Santos, com um aditamento de António Aurélio, e seguidamente Jaime Cortesão «propõe que se nomeie uma comissão para o estudo de um vasto plano de melhoramentos da capital».

Esta proposta foi aprovada por unanimidade, tendo o Presidente prometido trazer «na próxima sessão os nomes das entidades que deverão constituir a comissão indicada na proposta do sr. dr. Jaime Cortesão».

Essa sessão teve lugar no dia 20 de Abril. Entre os vereadores em falta, incluiu-se o nome de Jaime Cortesão, não tendo o Presidente, como prometera, apresentado os elementos constitutivos da Comissão. Veio a fazê-lo em outra sessão, a 23 de Abril, na qual Jaime Cortesão não é dado nem como presente, nem como ausente:

«O exm.^o sr. presidente declara que numa das últimas sessões da Câmara o sr. dr. Jaime Cortesão propusera a nomeação de uma comissão especial, destinada a estudar um plano geral de melhoramentos da cidade de Lisboa. A Câmara delegara, nele orador, a incumbência de indicar os nomes das entidades que deviam fazer parte da comissão. No desempenho dessa missão, propunha que a comissão ficasse assim constituída:

Presidente do Senado Municipal, presidente da Comissão Executiva, senador e autor da proposta, dr. Jaime Cortesão; vereador do Pelouro de Engenharia e Arquitectura, vereador do Pelouro dos Jardins, vereador do Pelouro das Finanças, chefes da 3.^a, 4.^a, e 5.^a repartições (Engenharia, Arquitectura e Jardins), Director-Geral de Belas-Artes, delegado do Conselho de Arte e Arqueologia (1.^a Circunscricção), dois vogais da Comissão de Estética, architectos Adães Bermudes e António Couto; delegado de Saúde de Lisboa, administrador geral dos Edifícios Públicos, administrador geral das Estradas; administrador geral das Obras Hidráulicas, engenheiro-chefe das Obras do Porto de Lisboa, director dos Serviços de Turismo, engenheiro-delegado da Companhia dos Caminhos-de-Ferro do Estado, engenheiro-delegado da Companhia dos Caminhos-de-Ferro do Estoril, engenheiro-director dos Serviços Geológicos, um engenheiro pela Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, um architecto pela Associação de Classe dos Architectos Portugueses,

um arqueólogo pela Associação dos Arqueólogos Portugueses e um delegado da Sociedade Nacional de Belas-Artes.»

Não mais se registou a presença de Jaime Cortesão nas sessões seguintes, que foram bastante numerosas: 27 e 30 de Abril, 17, 20, 24 e 31 de Maio, 3, 7, 12, 14, 19, 21 e 24 de Junho e 1 e 3 de Julho.

Recorde-se ter Jaime Cortesão solicitado na sessão de 16 de Abril, 30 dias de licença por ter de se ausentar para o estrangeiro. O livro de ponto da Biblioteca Nacional de Lisboa, de que era director, indica a sua ausência de 19 de Abril, inclusive, até 15 de Maio, também inclusive. (*)

Portanto, até meados de Maio conhece-se o motivo da sua falta de comparecimento nas sessões da Câmara Municipal de Lisboa, a qual concorda com a verificada na Biblioteca Nacional de Lisboa. Daí em diante, desconhecemos o motivo da sua constante ausência nas sessões do Município.

No entanto, são presentes à vereação pareceres da Comissão de Toponímia subscritos, alguns deles, por Jaime Cortesão. Assim, na sessão de 31 de Maio foram propostas novas designações para vários arruamentos de Lisboa: Travessas Miguel Verdial, Abade Pais, José Agostinho de Macedo, Marques Lesbio, Sargento Abílio e Francisco Resende, Beco Pato Moniz e Largos Curvo Semedo e General Sousa Brandão. Está esta proposta datada de 13 de Julho de 1925 e mereceu concordância: «Esta comissão, tendo apreciado o parecer já apresentado pela Comissão de Toponímia, datada de 13 de Julho de 1925, concorda em absoluto com ele. Lisboa, 13 de Abril de 1926. A Comissão (aa) *João Martins Casal, Ilídio José Coimbra Santos e Jaime Cortesão*». Foram estas novas designações aprovadas pela vereação.

Nessa mesma sessão foi também apresentada a proposta de 17 de Julho de 1925 para que à Travessa do Sequeiro se passasse a chamar Rua Guilherme Coussoul, tendo a Comissão de Viação, em parecer de 14 de Agosto desse ano, considerado que a denominação da artéria fosse de travessa.

A Comissão a que pertencia Jaime Cortesão assim se pronunciou:

«A vossa Comissão de Toponímia baixou o processo n.º 8595/25 em que a Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa pede que seja dado o nome de

Aspecto da Travessa Guilherme Coussoul, anteriormente denominada Travessa do Sequeiro. A nova denominação foi aprovada na sessão de 31 de Maio de 1926 com parecer favorável da Comissão de Toponímia, da qual era vogal Jaime Cortesão



Guilherme Coussoul a uma rua da capital.

Esta comissão tomando conhecimento do parecer da anterior Comissão de Toponímia concorda absolutamente com ele, mas com a alteração da Comissão de Viação, que à actual travessa do Sequeiro, que vai da rua do Alecrim à rua das Chagas seja dado o nome de

TRAVESSA DE GUILHERME COUSSOUL Primeiro bombeiro voluntário - 1868-1888

Lisboa, 13 de Abril de 1926 - A Comissão - João Martins Casal, relator; Ilídio José Coimbra Santos e Jaime Zuzarte Cortesão». Foi aprovado por unanimidade.

Ainda nesta mesma sessão, foi apresentada proposta para as novas denominações de Jardim Alfredo Keil ao Jardim da Alegria e Jardim Fialho de Almeida ao da Praça das Flores. A mesma comissão, em parecer também de 13 de Abril e subscrito pelos vereadores que tinham assinado o parecer anteriormente referido, deu a tal a sua concordância.

É de registar terem sido submetidas à vereação propostas nas sessões de 7 e 12 de Junho, sobre atribuições toponímicas, com pareceres da respectiva comissão, de 20 de Maio, 3 e 2 de Junho, os quais não estão subscritos por Jaime Cortesão.

Como se referiu, a derradeira presença de Jaime Cortesão foi na sessão de 16 de Abril. Os pareceres por ele subscritos estão datados, todos eles, de 13 de Abril. Na sessão de 16 de Abril solicitou Jaime Cortesão 30 dias de licença por ter de se ausentar para o estrangeiro. Todavia, mesmo passado esse período, não voltou a comparecer a mais nenhuma sessão. Em 3 de Julho, a vereação a que pertencera reuniu pela última vez. É expressamente assinalado o nome de Jaime Cortesão entre os que faltavam.

Nessa sessão, o presidente da Comissão Executiva, Dr. Corvinel Moreira, congratulou-se com a presença do Dr. Pestana Júnior «que com outros republicanos fora arbitrariamente preso». Este, depois, informou das condições da sua prisão e de como fora libertado. Também o Presidente Augusto César de Magalhães «declara que a Câmara Municipal de Lisboa fora, ilegal e arbitrariamente, dissolvida», apresentando o seguinte protesto: «A Câmara Municipal de Lisboa, alheia a lutas políticas, como já frisou em sessão plenária, e integrada apenas no seu papel de defesa dos interesses do povo da cidade de Lisboa, ao ter

conhecimento da publicação do Decreto n.º 11822, de 2 do corrente, que a dissolve, não pode deixar de lavar o seu protesto contra esse acto, considerando nulo de direito esse diploma».

Seguidamente apresentou uma série de quesitos nos quais se baseava, para considerar nulo esse diploma, acrescentando:

«6.º - Nestes termos, resolve afirmar o propósito de, pelos meios legais e perante o tribunal competente, cada um dos seus membros fazer respeitar a Lei pela anulação do decreto da dissolução;

7.º - Revela ainda a Câmara Municipal, por cada um dos vereadores que aprovaram esta moção, que nenhum apego tem ao exercício da função de vereador cujo carácter obrigatório e gratuito não são incitamentos à manutenção no cargo, mas tão-somente este protesto tem em vista a defesa dum mandato que receberam do povo de Lisboa e a manutenção do prestígio da autoridade de que todos os organismos com funções públicas da administração devem manter, prestígio que só pelo respeito à Lei, pelo seu exacto cumprimento é possível adquirir e manter;

8.º - Finalmente, resolve enviar a todas as câmaras municipais do País, cópia deste protesto e afirmação de obediência aos princípios legais por que todas as câmaras se regem ainda hoje e que a todo o transe se devem manter, atenta a índole dos organismos populares, que são os municípios».

Almeida Santos, depois de breves palavras, apresentou a seguinte moção:

«A Câmara Municipal de Lisboa, reunida em sessão extraordinária, tendo conhecimento da publicação, no *Diário do Governo*, do decreto n.º 11822 que, contra todos os princípios e preceitos legais e constitucionais, violentamente a dissolve por a julgar não integrada no pensamento (?) que fez eclodir e triunfar o movimento militar de 28 de Maio último, e por isso não convir à actual situação política, esbulhando assim dos seus cargos cidadãos que a cidade legítima e liberrimamente elegeu e que à sacrossanta Causa da Pátria servida pela República têm dispensado o melhor do seu esforço e a mais abnegada dedicação, resolve:

1.º - Saudar o nobre e heróico povo de Lisboa, afirmando-lhe que, quando voltar à gerência do Município, continuará a pugnar pelos seus sagrados interesses e pelo justo progresso da cidade;

2.º - Saudar todo o seu pessoal, desde o mais modesto serventuário ou

aprendiz, ao mais graduado funcionário de secretaria ou especializado, garantindo-lhes que, se os seus direitos forem ofendidos, mais tarde serão respeitados pela reparação da ofensa que for cometida».

Avellino Ribeiro «propõe como aditamento uma saudação à imprensa da capital, pela colaboração que sempre prestou à Câmara». A moção, com o aditamento, «é aprovada por unanimidade, no meio de aplausos».

Dado o carácter de protesto desta sessão contra uma medida do governo ditatorial estabelecido depois da Revolução de 28 de Maio, parece-nos ser de assinalar a ausência de Jaime Cortesão, pois seria de esperar a sua adesão ao protesto, devendo no entanto não se esquecer constatar-se o seu afastamento dos trabalhos da vereação desde 16 de Abril. Assinalemos que Jaime Cortesão só partiu para o exílio depois do malogro da revolução de 3 de Fevereiro de 1927 contra a ditadura (?), em virtude de ter sido um dos membros da Junta que dirigiu esse movimento revolucionário (?).

(?) Ricardo Saraiva, *Jaime Cortesão - Subsídios para a sua biografia*, Lisboa, 1953, págs. 40 e 41. Ricardo Saraiva é o pseudónimo de David Ferreira.

(?) *Jaime Cortesão*, coordenação de Óscar Lopes, Editorial Arcádia, Coleção A Obra e o Homem, Lisboa, s.d. pag. 55.

(?) «Prelo», número especial, Dezembro de 1984, pag. 33.

(?) Os trechos entre aspas foram transcritos das actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa.

(?) *Guia de Portugal*, Lisboa, 1924, vol. I, págs. 171-173.

(?) Verifiquei não encerrar Jaime Cortesão o livro de ponto, assinando-o no local para isso destinado. No entanto, no período de 19 de Abril a 15 de Maio o ponto está encerrado pelo director, com a assinatura de Raul Proença, que era o funcionário mais categorizado, depois do director, donde concluímos ter gozado Jaime Cortesão a licença nesse período.

(?) Ricardo Saraiva: *Jaime Cortesão, Subsídios para a sua biografia*, pag. 52; *Jaime Cortesão, a obra e o homem*, coordenação de Óscar Lopes, pag. 56; Joel Serrão, *Dr. Jaime Cortesão (Notas Bio-bibliográficas)* in «*Stvdia*», Janeiro de 1961, n.º 7, pag. 360; *Relance sobre a vida e a obra historiográfica de Jaime Cortesão*, in «Prelo», número especial, Dezembro de 1964, pag. 9. Cf. *Dados biográficos*, no mesmo número, pag. 33.

(?) Agradecemos à Sr.ª Dr.ª Maria Cristina Prates o apoio gentilmente prestado na Biblioteca Nacional de Lisboa, à Sr.ª Dr.ª Luísa Maria Almeida e Sousa e ao Sr. Manuel Ferreira de Vasconcelos o apoio amavelmente prestado no Arquivo Municipal.

O PERCURSO LISBOETA DE FERNANDO PESSOA

(BREVE REFLEXÃO)

Oh, Lisboa, meu lar!

Bernardo Soares

Ao seguir o percurso de Fernando Pessoa por Lisboa, «... cidade da qual se pode dizer que, a muitos respeito, ele foi o poeta»⁽¹⁾, permitimo-nos eleger seis ou sete lugares que nos pareceram mais significativos. Pena é que alguns dos espaços desse percurso estejam hoje arquitectonicamente alterados ou destruídos, o que naturalmente provocará um sentimento de frustração e tristeza por perdas que sentimos irrecuperáveis. Contudo, é perante o destruído que a revolta pela nossa impotência mais se faz sentir, pela impossibilidade de reconstituir um espaço que dizia e tinha de Pessoa, e que está definitivamente morto: não há uma parede, um resto de janela, a abertura do que foi uma porta que no-lo permita recriar. É o nada.

Esta constatação do significado humano de vazio, como resultado da passagem do tempo por..., encontramos-a expressa no poema de Álvaro de Campos, «Tabacaria»:

*Ele [o dono da tabacaria] morrerá
[e eu morrerei].
Ele deixará a tabuleta, e eu
[deixarei versos].
A certa altura morrerá a tabuleta
[também, e os versos também].
Depois de certa altura morrerá a rua
[onde esteve a tabuleta].
E a língua em que foram escritos
[os versos].
Morrerá depois o planeta girante em
[que tudo isto se deu.]⁽²⁾*

LARGO DE S. CARLOS,
N.º 4, 4.º ESQ. (1888)

Se seguirmos cronologicamente o espaço pessoano, a casa onde nasceu, situada frente ao Teatro de S. Carlos e perto da Igreja dos Mártires, é sem dúvida um dos elementos preponderantes na obra do poeta, porque constantemente relembra como o lugar de uma infância feliz. E sempre que a ela nos referimos, espontaneamente murmuramos os versos que a evocam e que nos traduzem a dor de Pessoa ao recordar o passado, o tempo em que foi sem saber que era:

*Pobre velha música!
Não sei porque agrado,
Enche-se de lágrimas
Meu olhar parado.
[...]
Não sei se te ouvi
Nessa minha infância
Que me lembra em ti.
[...]
E eu era feliz? Não sei:
Fui-o outrora agora.⁽³⁾*
(Do poema «Pobre velha música»)

*Ó sino da minha aldeia,⁽⁴⁾
Dolente na tarde calma,
Cada tua badalada
Soa dentro da minha alma.⁽⁵⁾*
(Do poema «Ó sino da minha aldeia»)



Largo de S. Carlos,
vendo-se por detrás a torre sineira da Igreja dos Mártires.
No n.º 4, 4.º esq.º nasceu o poeta a 13 de Junho de 1888.
Espaço revisitado num deambular errante por Lisboa
ao encontro de um tempo perdido:

*Não poder viajar para o passado, para aquela casa e aquela afeição,
e ficar lá sempre, sempre criança e sempre contente!*

E é sempre errante que por aí passa,
guiado de forma misteriosa por uma
força que o conduz, espiritual e física-
mente, ao lugar de origem, à terna e
dolorosa saudade do que inocentemen-
te foi:

*Com que ânsia tão raiva
Quero aquele outrora!*

(Também do poema «Pobre velha
música»)

*Por mais que me tanjas perto
[...]
És para mim como um sonho
[...]*

*A cada pancada tua,
Vibrante no céu aberto,
Sinto mais longe o passado,
Sinto a saudade mais perto.*

(Também do poema «Ó sino da
minha aldeia»)

Impossível, por outro lado, esquecer
o poema «Chuva Obliqua», pequena e

colorida filmagem de uma viagem imaginada ao passado, ao encontro do prazer lúdico e sensorial da infância no espaço da sua infância, recriada por uma associação de situações bem visível neste breve fragmento: *O maestro sacode a batuta, / E lânguida e triste a música rompe... / Lembra-me a minha infância, aquele dia / Em que eu brincava ao pé dum muro de quintal. / Atirando-lhe com uma bola que tinha dum lado / O deslizar dum cão verde, e do outro lado / um cavalo azul / a correr com um jockey amarelo... / [...] / Todo o teatro é o meu quintal, [...].*⁽⁸⁾

Para Fernando Pessoa, «recordar não é reviver, é apenas verificar com dor que fomos outra coisa cuja realidade essencial nos não é permitido recuperar». ⁽⁹⁾ Dai o tom melancólico e magoado dos poemas anteriormente citados.

Este intenso desejo de viver recordando e recriando o passado dolorosamente irreversível, através de imagens longínquas mas sempre vivas, é uma ânsia obsessiva em Pessoa e sobretudo em Álvaro de Campos, o que é bastante significativo se tivermos em conta as palavras escritas pelo próprio Fernando Pessoa, acerca dos heterónimos: «Alguns conheceram-se uns aos outros; outros não. A mim, pessoalmente, nenhum me conheceu, excepto Álvaro de Campos». ⁽¹⁰⁾

O seguinte extracto do poema «Esta velha angústia», de Álvaro de Campos,

elucida-nos bem sobre essa comunhão de situações e sentimentos, embora em Campos a emoção e o desespero sejam mais intensos do que em Fernando Pessoa: *Pobre velha casa da minha infância perdida! / Quem te diria que eu me desacolhesse tanto! / Que é do teu menino? Está maluco. / Que é de quem dormia sossegado sob o teu tecto provinciano? / Está maluco.* ⁽¹¹⁾

É também nesse passado que o poeta relembra e procura momentos que, em lugar de suavizar, acentuam a mágoa da solidão e angústia presentes. Perdidos para sempre a calma, o interesse inconsciente pela vida, a protecção e o amor familiares:

*No tempo em que festejavam o dia
[dos meus anos,
Eu era feliz e ninguém estava morto.
Na casa antiga, até eu fazer anos era
[uma tradição de há séculos,
E a alegria de todos, e a minha, estava
[certa como uma religião qualquer.
No tempo em que festejavam o dia
[dos meus anos,
Eu tinha a grande saúde de não
[perceber coisa nenhuma,
De ser inteligente para entre a família,
E de não ter as esperanças que os
[outros tinham por mim.*

[...]
*Raiva de não ter trazido o passado
[roubado na algebeira!...]*⁽¹²⁾



Largo do Carmo.
No n.º 18, 1.º, viveu Fernando Pessoa, num quarto alugado, no período que decorreu entre o Inverno de 1908 e o Inverno de 1912. Espaço voluntariamente escolhido pelo poeta para uma vivência independente da família, uma vez que, e utilizando as palavras de Ricardo Reis, «não só quem nos odeia ou nos inveja / nos limita e oprime; quem nos ama / não menos nos limita.»



As ruas Passos Manuel, 24, 3.º eq.º (em cima) e Pascoal de Melo, 119, 3.º dt.º (em baixo) representam o espaço do retorno do poeta à família, depois de uma tentativa falhada de vivência a sós. A par da angústia, a resignação e a aceitação do Destino. Esta situação encontramos-la expressa nos seguintes versos de Ricardo Reis:

*Cada um cumpre o destino que lhe cumpre, /
E deseja o destino que deseja, /
Nem cumpre o que deseja, / Nem deseja o que cumpre.*

Esta raiva é uma atitude tão emocional e tão frequente no homem e literariamente tão abordada, que não deixarei de mencionar dois escritores que, em moldes idênticos a Pessoa, ou seja, numa tri-relação *infância/mãe/casa materna*, exprimem, saudosa e ternamente, momentos desse tempo perdido. Uma palavra, um objecto, um gesto, um olhar são relembrados ainda no presente, com toda a carga emotiva de uma experiência passada.

Vejamos, pois, textos de Marcel Proust e Rainer Maria Rilke, respectivamente:

«Ma seule consolation, quand je montais me coucher, était que maman viendrait m'embrasser quand je serais dans mon lit. [...]»

Quelquefois quand, après m'avoir embrassé, elle ouvrait ma porte pour partir, je voulais la rappeler, lui dire, *embrasse-moi une fois encore*, mais je savais qu'aussitôt elle aurait son visage fâché, car la concession qu'elle faisait à ma tristesse et à mon agitation en montant m'embrasser, en m'apportant ce baiser de paix, açaçait mon père qui trouvait ces rites absurdes, [...]» (1)

«E houve um ligeiro sussurro nos quartos vizinhos, e a mamã entrou com o seu vestido de corte a que nem prestava atenção, quase a correr, [...], e apertou-me nos seus braços nus. E eu, espantado e encantado como nunca, tacteava o seu cabelo e o seu pequeno rosto bem tratado e as pedras frias nas suas orelhas e a seda em volta dos seus ombros que cheiravam a flores. E assim ficámos a chorar enternecidos e a beijar-nos até que sentimos que meu pai estava ali e que era preciso separarmo-nos.» (2)

É simples verificar que, quer em Proust quer em Rilke, a doçura erótica da infância é impedida ou interrompida por um opositor — o pai —, entidade que em Fernando Pessoa será substituída pelo padrasto, mas numa situação obviamente diferente das evocadas por aqueles dois escritores. Na verdade, o segundo casamento da mãe de Pessoa, quando ele contava apenas sete anos, foi um choque intenso para a criança que então era, pelas consequências que daí advieram: interrupção brusca da relação amorosa e exclusiva entre mãe e filho, substituição da imagem masculina do pai e abandono do

espaço da infância, com a partida para a África do Sul.

Esta situação de dupla perda afectiva (mãe/espaço) será relembrada, quer no seu diário escrito em inglês, em 1907 («Como eu desejaria tê-la [a mãe] junto de mim! Também não posso confiar nela. Mas a sua presença teria aliviado as minhas dores. Sinto-me abandonado como um naufrago no meio do mar.»),⁽¹⁹⁾ quer em Alvaro de Campos, entre muitos outros poemas, no texto «Lisbon Revisited» (1926):

*Outra vez te revejo,
cidade da minha infância
[pavorosamente perdida...
cidade triste e alegre, outra vez sonho
aqui...]⁽²⁰⁾*

RUA DA GLÓRIA, N.º 4, R/C (1907)
LARGO DO CARMO, N.º 18, 1.º (1908)
RUA PASSOS MANUEL,
N.º 24, 3.º ESQ. (1912)
RUA PASCOAL DE MELO,
N.º 119, 3.º DTO. (1914)
RUA ALMIRANTE BARROSO, N.º 12
— «Leitaria Alentejana» (1915)

Os lugares acima mencionados são um pequeno exemplo, entre outros, do vagabundear de Pessoa de casa em casa, de rua em rua, por razões familiares, financeiras ou temperamentais. Na origem desta constante instabilidade e dispersão estará talvez o forçado desenraizamento pátrio, provocado pela partida do poeta, ainda criança, para a África do Sul:

*Outra vez te revejo — Lisboa e Tejo
[e tudo —,
Transeunte inútil de ti e de mim,
Estrangeiro aqui como em toda a parte,
Casual na vida como na alma.]⁽²¹⁾*

A Rua da Glória e o Largo do Carmo evocam a sua primeira tentativa de vivência a sós, o desejo de independência face à limitação da família e do próprio meio envolvente: «Na minha família não há compreensão do meu estado mental — não, nenhuma. Riem-se de mim, escarnecem-me, não me acreditam.»⁽²²⁾ Contudo, essa situação é assumida com a certeza de que uma libertação total dos outros é na prática impossível: *Sou o intervalo entre o que desejo ser e os outros me fizeram.*⁽²³⁾

Rua Almirante Barroso:
no n.º 12 situava-se a «Leitaria Alentejana»,
cujo dono — o Sr. Sengo — acolheu Fernando Pessoa,
numa altura crítica da sua vida.
Um simples quarto de sótão foi o espaço
onde o Poeta e a solidão
se acompanharam durante dois anos



Martinho da Arcada, na Praça do Comércio,
o mais velho café lisboeta.

Teria sido inaugurado pelo Marquês de Pombal,
a 2 de Janeiro de 1782.

Foi palco de reuniões políticas e culturais,
encontro de todos os que se acolheram e acolhem
neste espaço propício

à reflexão, ao diálogo ou ao puro prazer do lazer.

Nele, marcou também presença a geração pessoana:

José de Almada-Negreiros, Luis de Montalvor, Mário de Sá-Carneiro

São também numerosos os poemas,
sobretudo em Álvaro de Campos, que
provocatoriamente infringem e questionam
a moral e os bons hábitos da sociedade:
*Ah! a frescura na face de não
cumprir um dever!/[...]Sou livre contra
a sociedade organizada e vestida.*⁽¹⁸⁾
ou *Queriam-me casado, fútil,
quotidiano e tributável?*⁽¹⁹⁾ ou, ainda,
no Pessoa ortónimo: *Ai que prazer/
/Não cumprir um dever,/ter um livro
para ler/E não o fazer!/Ler é maçada/
/Estudar é nada.*⁽²⁰⁾

A par deste desejo de ridicularizar as
regras e os ideais aceites passiva e voluntariamente
pelos outros, Pessoa, através de Álvaro de Campos,
tem a amarga consciência de que o não
adaptar-se e não ser adaptável às normas da vida,
que poderosamente limitam e impedem, traz consequências:

*Eu, que tantas vezes tenho sido ridículo,
[absurdo,
Que tenho enrolado os pés publicamente
[nos tapetes das etiquetas,*



Que tenho sido grotesco, mesquinho,
 [submisso e arrogante,
 Que tenho sofrido enxovalhos e calado,
 Que quando não tenho calado, tenho
 [sido mais ridículo ainda;
 Eu, que tenho sido cómico às criadas
 [de hotel,
 Eu, que tenho sentido o piscar de
 [olhos dos moços de fretes,
 [...]
 Eu, que tenho sofrido a angústia das
 [pequenas coisas ridículas,
 Eu verifico que não tenho par nisto
 [tudo neste mundo. (21)
 (Do poema «Poema em Linha Recta»)

A tentativa de se ausentar da família não durou muito, contudo, pois em 1912 encontramo-lo em casa da tia Anica, (irmã de sua mãe), na Rua Pasos Manuel e, em 1914, ainda com a mesma tia, na Rua Pascoal de Melo.

Porquê este regresso inesperado ao ambiente familiar? Questões económicas, cansaço, falta de saúde ou aceitação resignada de uma realidade, talvez porque só na ilusão da liberdade/a liberdade existe...? (22)

Se acompanhássemos com um diagrama a análise destes quatro espaços distribuídos por três núcleos, ele poderia ser representado por uma linha que exprimisse uma gradação decrescente de carácter acentuadamente negativo e uma antítese. Isto porque, depois de uma experiência levada a cabo com entusiasmo e decisão, Pessoa regressa derrotado, mas resignado, a um espaço cujos hábitos e pessoas lhe são familiares, para pouco depois, com a partida da tia para a Suíça, se encontrar num outro espaço, física e psicologicamente, desconhecido — Rua Almirante Barroso — com todos os problemas de sobrevivência acentuados e de novo só, mas desta vez involuntariamente. A sua casa será, durante dois anos, um simples quarto de sótão cedido em nome da amizade que ligava o dono da «Leitaria Alentejana», o Sr. Sengo, ao poeta.

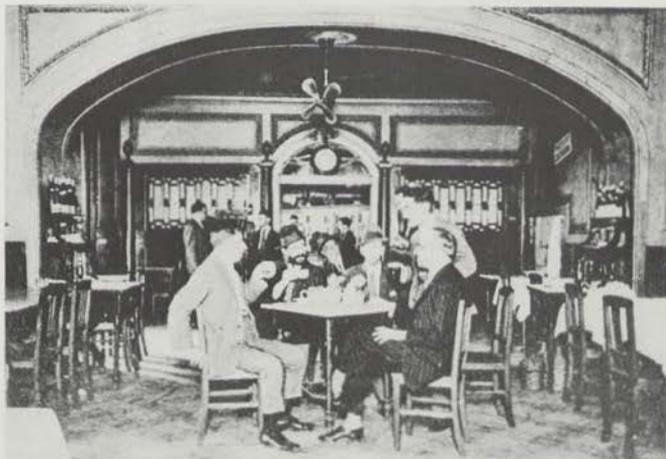
Face a esta constante perseguição de um Destino que lhe é adverso, Alvaro de Campos escreverá: *O mundo é para quem nasce para o conquistar/e não para quem sonha que pode conquistá-lo, ainda que tenha razão* (23) ou, ainda mais amargamente, *não tirei bihete para a vida.* (24)

Estes dois versos exprimem, realmente, a sua resignação fatalista peran-

Um aspecto do interior do Café *Martinho da Arcada* em 1984. No seu canto habitual, protegido dos outros e na companhia angustiadamente ausente dos mesmos, escreveu Fernando Pessoa o poema que se encontra emoldurado: *Dizem? / Esquecem. / Não dizem? / Disseram. / Fazem? / Fatal. / Não fazem? / Igual. / Porquê? / Esperar? / Tudo é / Sonhar*



Um aspecto do interior do Café *Martinho da Arcada*, por volta de 1928. Local frequentado por Fernando Pessoa e inúmeras vezes citado em cartas suas, dirigidas a Ofélia ou aos companheiros da *Revista Presença*; ponto de encontro do poeta com amigos, tal como se pode ver na fotografia, em que está acompanhado de Raul Leal, António Botto e Augusto Ferreira Gomes.



te a vida, a qual, segundo Ricardo Reis, é orientada por um Fado que, *quer o procuremos/quer o esperemos*,⁽²⁵⁾ se tem de cumprir e aceitar porque *alheio e invencível*.⁽²⁶⁾ Daí Alberto Caeiro escrever, embora num tom mais natural e menos angustiado do que Reis: *Aceito as dificuldades da vida porque são o destino./Como aceito o frio excessivo no alto do Inverno*.⁽²⁶⁾

O MARTINHO DA ARCADA

O café Martinho da Arcada é o espaço do encontro voluntário de Pessoa com os outros, mas numa situação de desdobração psíquica expressa, por Bernardo Soares, em termos que realçam um conflito interior intransponível: «A solidão desola-me; a companhia oprime-me». (27) Há o desejo de contacto humano, de imediato anulado pela complexidade de um carácter ainda não totalmente compreendido pelo próprio poeta: «Jamais houve alma mais amante ou mais terna do que a minha alma mais repleta de bondade, de compaixão, de tudo o que é ternura e amor. Contudo, nenhuma alma há tão solitária como a minha — solitária, note-se, não mercê de circunstâncias exteriores, mas sim de circunstâncias interiores. Hei-de analisar isto; um dia hei-de examinar melhor, destrinçar, os elementos que constituem o meu carácter [...] numa tentativa para compreender a minha personalidade.» (28)

Essa complexidade de carácter é tão angustiadamente sentida que leva o poeta, nas palavras de Álvaro de Campos, a suplicar à Noite, «refúgio supremo de todas as angústias e bálsamo de toda a insónia do pensamento e da vida», (29) que o liberte desse desenraizamento humano:

*Torna-me humano, ó noite, torna-me
[fraterno e solícito.
Só humanitariamente é que se pode
[viver.
Só amando os homens, as acções,
[a banalidade dos trabalhos,
Só assim — ai de mim! —, só assim
[se pode viver.
Só assim, ó noite, e eu nunca poderei
[ser assim! (30).*

É neste café, contudo, no seu canto habitual, que o poeta se encontrará consigo mesmo em silêncio ou através

de palavras escritas, (por vezes em papel timbrado do próprio estabelecimento), na companhia ausente ou presente dos outros:

*Dizem?
Esquecem.
Não dizem?
Disseram.*

*Fazem?
Fatal.
Não fazem?
Iguai.*

*Porquê
Esperar?
— Tudo é
Sonhar. (31)*

(Do poema «Dizem?»)

Aí escreverá inúmeras vezes a Oélia, na impossibilidade de outro contacto: «Estou no Martinho da Arcada, são 3 e meia da tarde, e tenho «completo» o meu dia — isto é, está feito tudo quanto, de alguma importância, eu tinha que fazer antes das 6 horas.» (32); aí reunir-se-á habitual ou casualmente com um ou outro amigo, como por exemplo, Mário de Sá-Carneiro, Almada-Negreiros, Raúl Leal ou António Botto; aí aceitará o gesto amigo de um convite para jantar, apesar de sentir que «um simples convite para jantar com um amigo me produz uma angústia difícil de definir» (33) e ao mesmo tempo saber que, face ao hábito voluntário ou involuntário da convivência humana na sociedade, a *fraternidade afinal não é uma ideia revolucionária./É uma coisa que a gente aprende pela vida fora, onde tem que tolerar tudo, [...]/A vida flutuante, dispersa, acaba por nos educar no humano.* (34)

RUA COELHO DA ROCHA,
N.º 16, 1.º DTO. (1920-1935)

Resta-nos finalmente — não queremos dizer com isto que tenhamos pretendido esgotar toda a «viagem» do poeta — a Rua Coelho da Rocha, onde Pessoa passou a residir a partir de 1920, aquando do regresso definitivo da mãe e irmãos da África do Sul.

É o espaço do reencontro com a mãe tão longamente ausente: *A nossa vida, ó mãe, a nossa perdida vida... (35); o da reflexão e angústia provocadas*

pela consciência dolorosa do declínio da vida — *O Inverno triste* —; o do medo da morte, do partir: *Partir! meu Deus, partir! Tenho medo de partir!*...⁽¹⁶⁾, de um partir que não se pode impedir porque certa: *E deste medo, desta angústia, deste perigo de ultraser, / Não se pode fugir, não se pode fugir, não se pode fugir.*⁽¹⁷⁾ Por isso, o existir consciente e humano torna-se desespero e desejo insatisfeito de nunca ter sido, não só nos versos de Álvaro de Campos: *Não ser nada, ser uma figura de romance/sem vida, nem morte material, uma ideia,*⁽¹⁸⁾ como nos de Alberto Caeiro e Ricardo Reis, embora com tonalidades diferentes.

Caeiro, ao contrário de Campos, procura uma identificação material no meio envolvente que é a natureza e que simbolicamente representa a ausência de mistério, a não-consciência, a que *não tem dentro*; daí o seu desejo:

Quem me dera que eu fosse o pó da
[estrada

[...]
Quem me dera que eu fosse os rios
[que correm

[...]
Quem me dera que eu fosse os
[choupos à margem do rio

[...]
Antes isso que ser o que atravessa
[a vida

Olhando para trás de si e tendo
[pena...⁽¹⁹⁾

Ricardo Reis, discípulo da cultura helênica, assumirá estoicamente essa verdade que é a morte: nada há a fazer senão esperar calmamente pelo Destino. Contudo, essa filosofia não lhe impedirá a angústia e o medo perante a incerteza do momento final: *Temo, Lídia, o destino. Nada é certo. / Em qualquer hora pode suceder-nos / O que nos tudo muda.*⁽²⁰⁾

Esta temática reflexiva sobre a morte aparece muitas vezes conjuntamente com a da saudade da infância, acentuando-se assim o contraste entre ambas. Em Álvaro de Campos, por exemplo, a morte faz parte de uma segunda vida, a que é pensada, a *falsa*, a que é *prática e útil*, enquanto a *verdadeira é a que sonhamos na infância, nela não há caixões, nem mortes, / há só ilustrações de infância: / Grandes livros coloridos, para ver mas não ler.*⁽²¹⁾

Rua Coelho da Rocha, No n.º 16, 1.º dt.º,
reencontrar-se-á Fernando Pessoa com a mãe e irmãos,
regressados definitivamente da África do Sul,
em Março de 1920.

Aí, após a morte da mãe, (1925), viverá de novo só,
com a dolorosa sensação de *haver falhado tudo na vida*
e de que *viver é não conseguir*



Terraço do hospital de S. Luís dos Franceses, vendo-se à esquerda a janela do quarto, onde Fernando Pessoa viveu os últimos dias da sua vida.

O poeta seria evocado, poucos dias após a sua morte, por José de Almada-Negreiros: «E até que um dia de 1935 o poeta foi pessoalmente enterrar o corpo que o acompanhou toda a vida. Ficou só o poeta, aceso em olhos perenes de Portugal, do Mundo e do Futuro.»

Quando em Campos ou Pessoa se fala da vida em que verdadeiramente vivemos — a infância —, sentimos que a mãe, apesar de não directamente mencionada, foi o estímulo indispensável à vivência dessa vida, pois permitiu o equilíbrio, o bem-estar, a suave irresponsabilidade, o prazer puro, e do ponto de vista afectivo ela foi a ternura sempre recordada e desejada nos momentos mais dolorosos:

*Carinhos? Afectos? São memórias...
É preciso ser-se criança para os ter...⁽⁴⁾*

Comovente é o poema que Pessoa escreve em francês a 27/4/35 (pouco antes da sua morte) ⁽⁴⁾ em que bastante se sente essa ávida procura da Mãe (falecida em 1925), como meio de atenuar a sua imensa solidão, o seu desamparo, a sua insegurança, a sua amargura.

É um poema-súplica e desespero pela ausência: *Maman, maman/tu me manques tant/pourquoi t'ai-je perdue?*; um poema-desejo de reafirmar o seu lugar perdido: *Maman, maman/Je suis ton enfant/ton petit enfant/De toujours*; um poema-queixume e procura de consolo: *Maman, maman/tu es sans doute/quelque part où tu m'écoutes/Je suis ton enfant/ton petit enfant/Devenu grand/plein de larmes et de doutes/Et qui n'a ni plaisir ni santé.*; e, finalmente, um poema-esperança pelo



Nome Folha	Data de Fimosa	Quantidade de pau de cabo	Letra	Carta	Numero de pau de cabo	Letra principal concorda de de de de	Letra secundaria	Quantidade	Letra de cabo	Letra de cabo
1344	S. Capitulo Cancion de P. Jorge	25	15	19	14	2 50	0 2	6	6	6
1345	de Antonio Ferreira de Alvares C. de Alvares	50	20	25	8	8	8	8	8	8
1346	de Alvares	30	20	25	8	8	8	8	8	8
1347	de que Alvares	40	21	25	8	8	8	8	8	8
1348	de Alvares	30	21	25	8	8	8	8	8	8
1349	de Alvares	20	22	25	8	8	8	8	8	8
1350	de Alvares	45	24	25	8	8	8	8	8	8
1351	de Alvares	45	24	25	8	8	8	8	8	8
1352	de Alvares	50	24	25	8	8	8	8	8	8

reencontro ainda possível: *Je reviendrai à ton amour/ton petit enfant/ Pour toujours.* (44)

Este desejo de reencontro com a mãe na morte e pela morte é no fundo o reencontro com a *infância pavorosamente perdida*. A morte torna-se a possibilidade de chegar à infância, esvaziando-se dos seus efeitos negativos e permitindo a realização de um sonho antigo. É curioso constatar que neste poema de Pessoa — e num outro de Álvaro de Campos, de que transcreverei apenas um verso, o mais significativo: *Quero acabar entre rosas, porque as amei na infância* (45) — parece haver, pela primeira vez, uma conciliação extraordinariamente calma e suave entre dois aspectos pessoalmente antagónicos: a morte e a infância.

O facto de recorrer à mãe como seu único refúgio é também sintoma do seu sentir-se perdido num mundo, ao qual não se habituou porque *vadio* e ser-se vadio é *ser isolado na alma* e não adaptável às normas da vida, (46) e do qual voluntariamente se desintegrou porque *pedinte* e ser-se pedinte é *ter de pedir aos dias que passem, e nos deixem*. (46)

Agora que sente com toda a pungência os desencontros que marcaram a sua vida; que se encontra completamente só e consciente de *haver falhado tudo* (47) e de que a sua presença é um vazio afectivo em relação aos outros, pois *se morrer, não fallo, e ninguém diria/desde ontem a cidade mudou* (48), o poeta lamenta o não ter sabido encontrar-se e compreender-se apesar de ter a *impressão, um pouco longínqua[...]De haver melhor em mim do que eu.* (49)

É, na verdade, o conflito, dramaticamente irresolúvel, entre o que foi e o

que poderia ter sido e o enigma nunca decifrado que ele próprio se representa, que o leva a formular a terrível pergunta: *Afinal o que fiz eu da vida?* (50), cuja resposta surge desesperada e cansadamente resignada:

*Fiz de mim o que não soube.
E o que podia fazer de mim não o fiz.
O dominó que vesti era errado.
Conheceram-me logo por quem não era
[e não desmenti, e perdi-me.
Quando quis tirar a máscara,
Estava pegada à cara.
Quando a tirei e me vi ao espelho,
Já tinha envelhecido.* (51)

Esta angústia, face ao Tempo e à Vida, acompanhá-lo-á até à morte:

I know not what tomorrow will bring. (52)

(1) Jorge de Sena, *Fernando Pessoa & C.ª Heterónima* (estudos coligidos 1940-1978), II volume, Ed. 70, Lisboa, 1981, p. 185.

(2) *Poesias* de Álvaro de Campos, Ed. Ática, Lisboa, 1969, p. 256.

(3) *Poesias* de Fernando Pessoa, Ed. Ática, Lisboa, 1973, p. 98.

(4) «O sino da minha aldeia, Gaspar Simões, é o da Igreja dos Mártires, ali no Chiado. A aldeia em que nasci foi o Largo de S. Carlos...», in *Cartas de Fernando Pessoa a João Gaspar Simões*, Ed. Europa-América, Lisboa, 1957, p. 100, (carta de 11/12/1931).

(5) *Poesias* de Fernando Pessoa, Ed. Ática, Lisboa, 1973, pp. 95-96.

(6) *Poesias* de Fernando Pessoa, in «Chuva Oblíqua VI», Ed. Ática, Lisboa, 1973, pp. 32-33.

(7) Jacinto do Prado Coelho, *Diversidade e Unidade em Fernando Pessoa*, Ed. Verbo, Lisboa, 7.ª edição, 1982, p. 89.

(8) *Do prefácio para um dos projectos da edição das suas obras, recolhido em Fernando Pessoa — Páginas Íntimas e de auto-interpreta-*

Fernando Pessoa, que através de Álvaro de Campos escrevera: *Devo tomar qualquer coisa ou suicidar-me? Não: vou existir! Arre! Vou existir! E-xis-tir... / E-xis-tir...* entra a 29 de Novembro de 1935 no Hospital de S. Luis dos Franceses, por decisão do seu primo, o Dr. Jaime Neves, após uma crise hepática. Ai, deixará de *E-xis-tir* a 30 de Novembro... 57

ção, (textos estabelecidos e prefaciados por Jacinto do Prado Coelho e Georg Rudolf Lind), Ed. Ática, Lisboa, 1966, p.99.

(*) *Poesias de Álvaro de Campos*, Ed. Ática, Lisboa, 1969, p.53.

(15) *Idem*, p.300.

(11) Marcel Proust, *A la Recherche du Temps Perdu* — I — *Du Côté de chez Swann*. Ed. Gallimard, Paris, 1968, p.13.

Trad.: «A minha única consolação, quando subia para me deitar, era que a mamã viria beijar-me quando eu estivesse na cama.

Algumas vezes quando, depois de me ter beijado, ela abria a porta para se ir embora, queria chamá-la, dizer-lhe «beija-me mais uma vez», mas sabia que logo me mostraria uma cara zangada, porque a concessão que fazia à minha tristeza e à minha agitação ao subir para me beijar, trazendo-me este beijo de paz, irritava o meu pai que achava estes ritos absurdos, [...]».

(12) Rainer Maria Rilke, *Os Cadernos de Mate Laurids Brisse*. O Oiro do Dia, Porto, 3.ª edição, p. 99.

(13) Tradução de João Gaspar Simões, in *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, Bertrand, 4.ª edição, Lisboa, 1981, p. 105.

(14) *Poesias de Álvaro de Campos*, Ed. Ática, Lisboa, 1969, p. 248.

(15) *Poesias de Álvaro de Campos*, Ed. Ática, Lisboa, 1969, p. 249.

(16) Tradução de João Gaspar Simões, in *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, Bertrand, Lisboa, 4.ª edição, 1981, p. 105.

(17) *Poesias de Álvaro de Campos*, Ed. Ática, Lisboa, 1969, p. 123.

(18) *Idem*, p. 38.

(19) *Idem*, p. 246.

(20) *Poesias de Fernando Pessoa*, Ed. Ática, Lisboa, 1973, p.246.

(21) *Poesias de Álvaro de Campos*, Ed. Ática, Lisboa, 1969, p. 310.

(22) *Odes de Ricardo Reis*, Ed. Ática, Lisboa, 1970, p. 42.

(23) *Poesias de Álvaro de Campos*, Ed. Ática, Lisboa, 1969, p. 252.

(24) *Idem*, p. 41.

(25) *Odes de Ricardo Reis*, Ed. Ática, Lisboa, 1970, p. 85.

(26) *Poemas de Alberto Caeiro*, Ed. Ática, Lisboa, 1970, p. 90.

(27) *Livro do Desassossego* de Bernardo Soares, Ed. Ática, Lisboa, 1982, p. 261.

(28) *Fernando Pessoa — O Rosto e as Máscaras*, antologia organizada por David Mourão-Ferreira, Ed. Ática, Lisboa, 2.ª edição, 1979, p. 21.

(29) Eduardo Lourenço, *Fernando Pessoa Revisitado*, Moraes Editores, Lisboa, 2.ª edição, 1981, p. 148.

(30) *Poesias de Álvaro de Campos*, Ed. Ática, Lisboa, 1969, p. 218.

(31) *Poesias de Fernando Pessoa*, Ed. Ática, Lisboa, 1973, p. 213.

(32) *Cartas de Amor de Fernando Pessoa*, Organização, postácio e notas de David Mourão-Ferreira. Prefácio e estabelecimento do texto de Maria da Graça Queiroz, Ed. Ática, Lisboa, 1978, pág. 72 (carta de 26/3/1920).

(33) *Livro do Desassossego* de Bernardo Soares, Ed. Ática, Lisboa, 1982, p. 261.

(34) *Poesias de Álvaro de Campos*, Ed. Ática, Lisboa, 1969, p. 199.

(35) *Idem*, p. 218.

(36) *Idem*, p. 307.

(37) *Idem*, p. 94.

(38) *Idem*, p. 19.

(39) *Poemas de Alberto Caeiro*, Ed. Ática, Lisboa, 1970, p. 43.

(40) *Odes de Ricardo Reis*, Ed. Ática, 1970, p. 159.

(41) *Poesias de Álvaro de Campos*, Ed. Ática, Lisboa, 1969, p. 300.

(42) *Idem*, p. 288.

(43) Fernando Pessoa morre a 30 de Novembro de 1935 no Hospital de S. Luis dos Franceses, em Lisboa. Trinta e cinco anos mais tarde, em 1970, viria a falecer no mesmo quarto, um dos mais assíduos companheiros do poeta, Almeida-Negreiros.

(44) *Fernando Pessoa el eterno viajero*, catálogo editado pela Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, 1981, n.º 33.5.

(45) *Poesias de Álvaro de Campos*, Ed. Ática, Lisboa, 1969, p. 85.

(46) *Idem*, p. 126.

(47) *Idem*, p. 48.

(48) *Idem*, p. 45.

(49) *Idem*, p. 47.

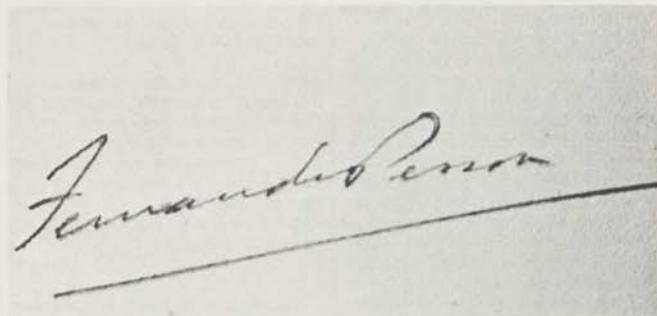
(50) *Idem*, p. 120.

(51) *Idem*, p. 255.

(52) Última frase escrita a lápis por Fernando Pessoa, precisamente na véspera da sua morte («Não sei o que o amanhã trará») e citada por Jorge de Sena no estudo: *Vinte e cinco anos de Fernando Pessoa*, in *Fernando Pessoa & C.ª Heterónima* (estudos coligidos: 1940-1978), Vol. II, Ed. 70, Lisboa, 1982, p. 161.

Nota:

As fotografias da arca e assinatura de Fernando Pessoa, que pertencem ao arquivo de D. Henriqueta Dias, são da autoria de Carlos Pontes. À sua possuidora agradece-se ter autorizado serem fotografadas essas peças. As restantes fotografias que ilustram o percurso pessoal por Lisboa são da autoria de Fernando Gonçalves.



Assinatura de Fernando Pessoa em 1935

A arca que guardou o espólio literário de Fernando Pessoa.

Através de Álvaro de Campos afirmaria em 1926 o poeta:

«A única compensação moral que devo à literatura e a glória futura de ter escrito as minhas obras presentes»





O Vereador do Pelouro da Cultura, Comandante Pinto Machado, preside à cerimónia de entrega de bibliotecas a sete instituições da cidade.

CÂMARA OFERECE BIBLIOTECAS

A Câmara Municipal de Lisboa entregou, no dia 3 de Abril, aos representantes de sete instituições da cidade, dois mil livros, em cerimónia realizada no Palácio Galveias.

As instituições contempladas, com as quais a Câmara pretende colaborar na sua acção formativa e recreativa, são: Junta de Freguesia da Sé, Centro de Acolhimento para os Refugiados, Escola Secundária do Restelo, Hospital da Cruz

Vermelha Portuguesa, Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco a Jesus.

Os temas versados pelos volumes agora oferecidos vão desde o romance à história de Portugal e literatura portuguesa e estrangeira.

Até Abril do corrente ano, a Câmara já ofereceu 300 pequenas bibliotecas a outras tantas instituições da cidade, num total de 82 000 volumes.

SEGUNDO COMANDANTE DO BSB AGRACIADO COM A MEDALHA DE PRATA DE MÉRITO MUNICIPAL

O tenente-coronel António Santinho Matias que, em Abril terminou a sua comissão normal de serviço no Batalhão de Sapadores Bombeiros, onde desempenhou, durante mais de cinco anos, as funções de 2.º Comandante, foi agraciado com a Medalha de Prata de Mérito Municipal, no dia 11 de Abril, em cerimónia realizada no Salão Nobre dos Paços de Concelho.

Para a atribuição deste galardão pela Câmara ao tenente-coronel António Matias contribuiu o facto de, no cumprimento das múltiplas tarefas de que esteve encarregado, ter sempre evidenciado grande espírito de missão, competência profissional e sentido exacto das responsabilidades. A ele se deve, em grande parte, o elevado nível atingido, nos últimos anos, nos sectores de prevenção e de socorro do Batalhão de Sapadores Bombeiros.

O tenente-coronel de Engenharia António Matias tem 43 anos e possui o curso ministrado no Centro Nacional de Instrução e Protecção contra Incêndios do Ministério do Interior francês, tendo sido membro, durante o seu mandato, de diversas comissões no âmbito dos ministérios da Administração Interna, Equipamento Social, Cultura e do Serviço Nacional de Protecção Civil.

Salão Nobre dos Paços do Concelho, 11 de Abril — O Tenente-Coronel António Matias no uso da palavra após ser agraciado com a Medalha de Prata de Mérito Municipal.



MEDALHA DE HONRA DA CIDADE ENTREGUE AO «TAVARES RICO»

«Mais do que um Restaurante, o Tavares Rico é uma instituição e símbolo da cidade de Lisboa» — disse o Eng.º Nuno Abecasis na cerimónia de entrega da Medalha de Honra da cidade àquele restaurante e da Medalha de Prata de Mérito Municipal a Fernando Lopes, seu proprietário, no dia 13 de Abril.

Um jantar de gala assinalou o acontecimento no qual participaram mais de 60 convidados, entre os quais o presidente da Assembleia Municipal, vereador do pelouro da Cultura, e Amália Rodrigues.

A distinção ora entregue àquele unidade hoteleira e ao respectivo proprietário decorre de uma deliberação tomada, por maioria, pela Câmara Municipal na sua sessão de 17 de Dezembro, com fundamento na passagem do bicenténario da sua fundação, pelo qual já passaram personalidades distintas do universo político e literário português, entre os quais Eça de Queirós que se lhe refere em vários dos seus livros.



Aspecto do interior do Restaurante Tavares Rico



Lisboa, 13 de Abril — O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa procede à outorga da Medalha de Ouro de Mérito Municipal a Frederico de Freitas, na pessoa da sua viúva

HOMENAGEM PÓSTUMA AO MAESTRO FREDERICO DE FREITAS

Uma lápide evocativa do grande compositor e director de orquestra, Maestro Frederico de Freitas, foi descerrada em 13 de Abril, na fachada do prédio onde morou, o 122 da Avenida dos Estados Unidos da América, assinalando a passagem do 5.º aniversário da sua morte.

O Maestro Frederico de Freitas, falecido em 12 de Janeiro de 1980, deixou uma vasta obra que é conhecida de todos os portugueses: «O Pátio das Cantigas», «As Lavadeiras de Caneças», «A Dança da Menina Tonta», ou ainda a ópera «A Igreja do Mar» e a «Sonata para Noite de Natal».

No decorrer da cerimónia, falou o presidente da Sociedade Portuguesa de Autores, Luís Francisco Rebelo, que fez questão em salientar que o Maestro Frederico de Freitas «está aqui connosco», discursando, de seguida, o Presidente da CML, Nuno Abecasis, o qual fez a apologia dos chamados «heróis civis», precisamente «aqueles que não se resignam à mediocridade», como foi o caso do Maestro Frederico de Freitas.

O Presidente da Câmara no final da cerimónia agradeceu Frederico de Freitas, na pessoa da sua viúva, com a Medalha de Ouro de Mérito Municipal.

CÂMARA DE LISBOA ELEITA PARA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL

A Câmara de Lisboa foi eleita para a Vice-presidência do Comité Executivo da União das Cidades Capitais Ibero-Americanas no decurso da Assembleia Plenária desta organização, que teve lugar em meados de Abril no México, e na qual participou o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis.

Do conjunto de decisões tomadas nesta Assembleia destaca-se a criação de uma agência financeira intermunicipal, destinada a empreendimentos de nível autárquico e, por proposta do Presidente da Câmara de Lisboa, a instituição de um banco de dados sediado em Lisboa para rentabilizar projectos comuns em áreas tão diversificadas como a urbanização, abastecimentos, meios viários, etc.

COMO SE NASCE, VIVE E MORRE EM LISBOA

Médicos, Engenheiros, Assistentes Sociais, Arquitectos, Enfermeiros e outros técnicos, num total de seis centenas, encontraram-se durante os dias 22, 23 e 24 de Abril, no Teatro Municipal Maria Matos para debater e fazer o ponto da situação global dos problemas relacionados com a saúde, na cidade de Lisboa. Tratou-se de uma iniciativa conjunta da Câmara Municipal, Santa Casa da Misericórdia e Administração Regional de Saúde, instituições que, pela primeira vez, se juntaram para promover um amplo debate sobre a problemática da saúde com vista ao estabelecimento de uma prática de cooperação entre as várias instituições e serviços.

Ao longo daqueles três dias foram debatidos, entre outros temas, «o desenvolvimento urbano e saúde», «equipamento social para a saúde», «participação da comunidade» e «prestação de cuidados de saúde a grupos populacionais particularmente vulneráveis».

A culminar este Encontro, foi estabelecido o seguinte Protocolo de Acordo entre as três Instituições promotoras:

«A Câmara Municipal de Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Administração Regional de Saúde de Lisboa, acordam em:

1. Aprofundar a cooperação institucional no domínio da Saúde, tendo em vista a compatibilização dos vários modelos organizativos e formas de actuação com a política de saúde definida para o País, sem prejuízo da vocação e identidade de cada Instituição.

2. Estabelecer e implementar o programa de cooperação para a melhoria de saúde na cidade de Lisboa.

2.1. O programa de cooperação para a saúde será constituído por projectos es-

pecíficos com objectivos, âmbito, duração, recursos e critérios de avaliação a definir.

2.2. A elaboração, coordenação e avaliação do programa será da responsabilidade de uma Comissão Executiva constituída por 9 elementos, 3 de cada Instituição.

2.3. Serão criados Gabinetes de Apoio Técnico e Administrativo dotados com os meios técnicos e financeiros adequados e com a constituição e moldes de funcionamento que a Comissão Executiva proporá às administrações das três instituições para aprovação.

3. O presente acordo será revisto

quadrienalmente, por sugestão de qualquer das Instituições.

O Presidente Câmara Municipal de Lisboa
Eng.º Nuno Abecasis

O Presidente da Comissão Instaladora da Administração Regional de Saúde de Lisboa

Dr. António Joaquim Paulino

O Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Dr. João Gomes

Paços do Concelho, 18 de Abril — Aspecto da mesa que presidiu à Conferência de imprensa para divulgação do Encontro sobre Saúde em Lisboa.

Na foto, Ana Sara Brito e Pedro Feist, Vereadores da CML, João Gomes, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e António Paulino, Presidente da Comissão Instaladora da Administração Regional de Saúde.

Teatro Maria Matos, 24 de Abril — Intervenção da Vereadora Ana Sara Brito no «Encontro sobre Saúde em Lisboa»



CÂMARA APROVA ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES

Na sua sessão de 29 de Abril, a Câmara aprovou, por maioria, o Orçamento e o Plano de Actividades para o corrente ano financeiro.

Nos termos dos documentos aprovados, a Câmara prevê uma arrecadação de receitas da ordem dos 15 milhões de contos, estimando-se em oito milhões o encargo com despesas de funcionamento do Município. As verbas para investimentos inscritas no Plano de Actividades orçam os dez milhões e quinhentos mil contos.

Cerca de 60% destas verbas, isto é, seis milhões de contos, estão afectas aos programas de «melhoria das condições de habitação e urbanização» e «redução do tempo gasto nos transportes». Quanto ao primeiro, a Câmara espera dispendir quatro milhões de contos para prosseguir os diversos programas de construção e reparação de habitações, competentes infra-estruturas e arranjo de espaços envolventes, nomeadamente, em Chelas, Olivais, Alto do Lumiar, Furnas, Calhau, Padre Cruz e Boa Vista. Será ainda lançado um programa de recuperação de edifícios habitacionais, no valor de trezentos mil contos e dar-se-á início à recuperação sistemática de Alfama-Mouraria. No conjunto do programa a Câmara irá gastar mais de um milhão e trezentos mil contos do que no ano anterior.

No capítulo das vias de comunicação — rede viária — está previsto o dispêndio de cento e vinte mil contos para pequenas reparações de pavimentos e esgotos de arruamentos em toda a cidade. Entre outras a concluir no corrente ano, situam-se a reconstrução das Ruas do Conde de Redondo, Marquês da Fronteira, Alexandre Herculano, D. João V até à sua inserção por meio de um viaduto ao troço Lisboa-Cascais-Estrada do Estádio Nacional. No seu conjunto, o capítulo da redução do tempo gasto nos transportes, construção, remodelação e conservação da rede viária e de saneamento serão gastos, aproximadamente, dois milhões e cem mil contos.

Quanto aos restantes programas, ressalta a atribuição de um milhão e quatrocentos mil contos para a higiene urbana, cemitérios e construção do grande interceptor de esgotos e estações de tratamento.

Nos restantes capítulos do Plano de Actividades as verbas estão assim distribuídas:

Melhoria das condições de abastecimento	214 000 000\$00
Valorização cultural e educação dos cidadãos	400 000 000\$00
Melhoria das condições do ambiente, limpeza urbana, arquitectura paisagística e espaços verdes	600 000 000\$00
Valorização das belezas da cidade, infra-estruturas e fomento turístico	400 000 000\$00
Segurança dos cidadãos	170 000 000\$00
Equipamento e fomento desportivos	460 000 000\$00
Melhoria das condições sociais dos cidadãos	150 000 000\$00
Instalação, organização e funcionamento dos serviços e Juntas de Freguesia	520 000 000\$00



Paços do Concelho



Paços do Concelho, 30 de Abril
— Aspecto da assinatura do Protocolo
entre a CML e a Faculdade de Arquitectura.
Na foto, o Eng.º Nuno Abecasis e o Prof. Augusto Brandão

Lisboa, 5 de Maio
— Aspecto da Procissão de Nossa Senhora da Saúde
à saída da Capela, na qual se integrou o Presidente da Câmara
e Vereadores da Edilidade



REABILITAÇÃO URBANA CÂMARA E UNIVERSIDADE ASSINAM PROTOCOLO

A Câmara Municipal de Lisboa assinou em 30 de Abril um acordo de cooperação com a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, com vista à renovação e conservação de conjuntos urbanos.

O acordo é acompanhado de um protocolo, segundo o qual a Faculdade de Arquitectura se compromete a efectuar (durante um período de três anos lectivos consecutivos, com início em 84/85) o levantamento, nos seus aspectos urbanos e arquitectónicos, numa perspectiva de recuperação da área da Encosta do Castelo e zonas envolventes, abrangendo as freguesias do Socorro, S. Cristóvão, S. Lourenço, Madalena, Sé, Castelo, Santiago, Santo Estêvão, S. Miguel, Graça e S. Vicente. Estas tarefas serão financiadas pela CML através de um subsídio anual de 750 contos.

PROCIÇÃO DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE

Como habitualmente acontece todos os anos, no mês de Maio, realizou-se no dia 5, a tradicional procissão de Nossa Senhora da Saúde. O desfile religioso, com saída da Capela, no Largo Martim Moniz, e no qual se integrou o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, percorreu a Rua da Palma, Rua do Benfornoso, Rua dos Anjos, Av. Almirante Reis, Rua D. Duarte, Praça da Figueira, Poço do Borratém e Rua Marquês do Alegrete.

A procissão de Nossa Senhora da Saúde, ou dos Artilheiros, como também é conhecida, nasceu em 20 de Abril de 1570, em agradecimento à Virgem por ter livrado Lisboa da «peste grande» que em 1569 causou a morte a cerca de 60 mil pessoas, metade da população de então da capital.



ENCONTRO SOBRE TEATRO

Profissionais ligados ao mundo do espectáculo reuniram-se, por iniciativa da Câmara Municipal, no dia 6 de Maio, no Palácio Galveias, para analisar os problemas com que se debate o teatro em Lisboa.

Os temas em debate orientaram-se para «os problemas do teatro na cidade» — (cârnças de espaços cénicos e falta de público); «subsídios a companhias e grupos teatrais; textos, etc.» e «como reanimar o Teatro».

«A falta de meios leva sempre a que se desenvolva a imaginação para que se encontrem novos recursos e, de certa forma, as limitações orçamentais são um estímulo à imaginação das gentes do teatro...», afirmou o Presidente da Câmara na abertura deste Encontro, largamente participado, com intervenções de, entre outros, Armando Cortez, actor; Helder Costa, empresário; Teresa Bengala, do INE, Bento Martins, encenador do Grupo de Teatro de Carnide e Mário Jacques, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos.

No âmbito das conclusões aponta-se para o incremento da divulgação pública das diversas manifestações teatrais, através do esforço conjunto do Município, do Ministério da Cultura e da generalidade dos órgãos de comunicação social com vista à recuperação de audiências. Foi também sugerido ao Ministério da Cultura o estudo sério da possibilidade de criação do Instituto Nacional do Teatro, vocacionado para o apoio, fomento e divulgação da actividade teatral.

Tudo ponderado, os participantes no encontro recomendam, por último, à CML a realização do levantamento de todos os espaços susceptíveis de utilização pelos grupos de teatro da capital.

Palácio Galveias, 6 de Maio
— Aspecto da mesa
que presidiu à sessão inaugural
do «Encontro sobre Teatro em Lisboa».
Na foto o Presidente da Câmara,
Eng.º Nuno Abecasis
no uso da palavra,
ladeado pelo Vereador do Pelouro da Cultura,
Comandante Pinto Machado
e Dr. Orlando Capitão,
Director dos Serviços Centrais e Culturais
do Município

CONSTRUÇÃO DE NOVO CEMITÉRIO E REACTIVAÇÃO DO FORNO CREMATÓRIO

A reentrada em funcionamento do forno crematório do Alto de S. João e a construção de novo cemitério na área Lumiar-Carnide, ladeado pela Estrada Militar foram os temas principais abordados pelo vereador Pedro Feist em conferência de imprensa realizada no dia 9 de Maio nos Paços do Concelho.

Para 1990, prevê-se um número de enterramentos em Lisboa superior a 13 000 (11 000 em 1984), segundo estudos dos Serviços do Município. Até lá persiste a ameaça de ruptura ao nível da capacidade dos cemitérios, cuja imagem há que alterar com vista à sua integração na malha urbana. A carência de espaço nos cemitérios é devido não só ao crescimento da cidade como ao aumento de «ligados», ou seja, sepulturas que não ficam devolutas ao fim de cinco anos após o enterramento, em virtude do emprego de antibióticos e do uso de vernizes e colas nos caixões.

A construção de um novo cemitério, concebido como uma nova zona verde da cidade e a entrada em funcionamento do forno crematório do Alto de S. João, são as principais medidas que a Câmara, conforme anunciou o vereador Pedro Feist, irá implementar de imediato para obviar à actual situação.

Em obras nos cemitérios, incluindo a construção do novo cemitério localizado na zona de Carnide, a Câmara irá dispendir cerca de 1 300 000 contos.



Paços do Concelho, 9 de Maio — O Vereador Pedro Feist anuncia aos órgãos de comunicação social as medidas implementadas pela Câmara para fazer face à situação de pré-ruptura, ao nível da capacidade, dos cemitérios municipais

Cemitério do Alto de S. João, Maio de 1985
— Ampliação da zona de público do Crematório



CASAS MAIS BARATAS PARA OS JOVENS

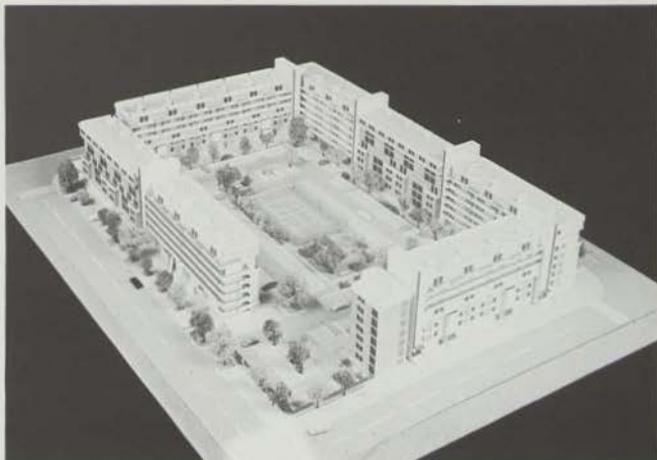
Na sessão da Câmara do dia 13 de Maio foi deliberado, por unanimidade, autorizar a EPUL — Empresa Pública de Urbanização de Lisboa — a lançar uma campanha de venda de fogos para jovens a preço bonificado, no Empreendimento de S. Vicente, em Telheiras, mediante a criação de condições especiais de acesso a habitação própria.

Este programa especial «habitação para jovens», apresenta uma redução de cerca de 22% sobre o preço dos fogos, cujos destinatários são os jovens que não excedam, até final de 1985, os 35 anos.

Para a concretização do seu apoio a este programa, a Câmara cederá gratuitamente à EPUL os terrenos sobre os quais se construiu o empreendimento, no valor de 45 mil contos, suportando, ao mesmo tempo, as despesas de infra-estruturas e de realojamentos que foi necessário levar a efeito, no valor de 37 mil contos. Por outro lado, fica a EPUL autorizada a suportar os encargos com a administração e projectos de obra no montante de 69 mil contos. O montante acumulado de todos estes encargos será deduzido aos custos de construção, bonificando, em igual valor, os custos dos fogos que compõem o empreendimento de S. Vicente.

Esta iniciativa consta de uma proposta aprovada na sessão de Câmara de 13 de Maio, sendo subscrita pelo Presidente, ouvido o Conselho de Administração da EPUL, e procura satisfazer um dos mais legítimos anseios dos jovens, dando, por outro lado, conteúdo e expressão à resolução da ONU que proclamou o ano de 1985, «Ano Internacional da Juventude».

Momento da assinatura de Protocolo de Acordo entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Marinha de Guerra Portuguesa. O Protocolo foi rubricado pelo Eng.º Nuno Abecasis e pelo Almirante Sousa Leitão



Empreendimento de S. Vicente, em Telheiras

COOPERAÇÃO ENTRE A CML E A MARINHA

A Câmara Municipal de Lisboa e a Marinha de Guerra Portuguesa assinaram, no dia 22 de Maio, nos Paços do Concelho, um Protocolo de Acordo para a concretização de projectos comuns, ao nível do desenvolvimento de infra-estruturas e para um reforço do intercâmbio cultural.

Através do protocolo assinado entre o Presidente da CML, Nuno Abecasis e o Chefe do Estado-Maior da Armada, Sousa Leitão, foi também criada uma comissão permanente, integrando representantes das duas instituições, para desenvolver o presente acordo e eventuais novos projectos comuns.

Esta Comissão deverá estudar a eventual possibilidade de a CML ceder um palácio ou edifício contíguo devoluto para reinstalação do Tribunal da Relação; intercâmbio de terrenos correspondentes ao antigo mercado de Belém e ao ex-posto radionaval do Gravato; modificação paisagística do limite sul, na Avenida Ribeira das Naus, das instalações da Marinha com a transformação do muro actual num gradeamento clássico e eventual aproveitamento da capacidade do Arsenal do Alfeite para fundição de moldes em monumentos ou estátuas que a Câmara decida encomendar.

Quanto ao relacionamento cultural, compete à Comissão estabelecer um acordo permanente entre a Revista Municipal e a Revista da Armada, no que respeita à poupança de meios e à colaboração especializada e estudar um melhor aproveitamento do Rio Tejo como pólo de desenvolvimento cultural e turístico.



Lisboa e o Tejo

JORNADAS SOBRE O TEJO

A Câmara Municipal de Lisboa, em colaboração com a Associação dos Amigos do Tejo, levou a efeito de 24 a 26 de Maio as «Jornadas sobre o Tejo», nas quais se integraram diversas manifestações de índole cultural, desportiva e técnica.

Como ponto alto das Jornadas, destaca-se o encontro intermunicipios ribeirnhos que, ao longo de todo o dia 25, debateu os temas: «A bacia do Tejo»; «O Rio e os seus problemas numa perspectiva autárquica»; «A defesa ecológica e a economia»; «A defesa do património cultural» e «As potencialidades turísticas e desportivas».

Ainda no âmbito das Jornadas, esteve patente na Torre de Belém a «EXPOTEJO 85» alusiva às actividades das populações ribeirnhas, fornecendo informações sobre o rio e dando a conhecer algumas embarcações cuja actividade se circunscreve ao Tejo.

Torre de Belém, 25 de Maio
 — Intervenção do Eng.º Nuno Abecasis na abertura do Encontro Intermunicipios Ribeirnhos



**MONSENHOR MOREIRA DAS NEVES
AGRACIADO
COM A MEDALHA DE PRATA
DE MÉRITO MUNICIPAL**

Monsenhor Moreira das Neves, figura relevante da vida religiosa, cultural e jornalística da capital, foi agraciado no dia 4 de Junho, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com a Medalha de Prata de Mérito Municipal.

Para a atribuição deste galardão municipal a Câmara teve em conta a notável obra social promovida em Lisboa por Monsenhor Moreira das Neves, nomeadamente através da «Casa do Ardina», que fundou, e que tanto tem contribuído para o progresso social e cultural dos jovens mais desfavorecidos da cidade. Igualmente foi considerado o esforço de divulgação e dinamização cultural desenvolvido ao longo de 50 anos de actividade jornalística e radiofónica, nesta cidade a que tanto se dedicou.

No acto da entrega da Medalha, o Presidente da Câmara enalteceu a figura do homenageado, salientando os relevantes serviços prestados pela «Casa do Ardina» o que, só por si, bastaria para que Monsenhor Moreira das Neves merecesse a distinção ora entregue.



Salão Nobre dos Paços do Concelho, 4 de Junho

— O Presidente da Câmara procede à imposição da Medalha de Prata de Mérito Municipal a Monsenhor Moreira das Neves.

Reconhecem-se na foto os Vereadores

Maria Teresa Xara Brasil,

Lívio Borges e Vasco Franco

HOMENAGEM A CAMÕES

As comemorações de 10 de Junho em Lisboa tiveram o seu ponto alto na cerimónia da deposição de uma coroa de flores brancas junto à estátua do autor de «Os Lusíadas» ao som do hino nacional, por Nuno Abecasis, presidente da Edilidade.

Antes o Presidente da Câmara passara revista ao Batalhão de Sapadores Bombeiros, cuja fanfarra havia desfilado pelo Largo de Camões.

Após o hino nacional, a banda da PSP tocou o hino de Lisboa, tendo, em seguida, o Coro do Município da Capital interpretado várias composições.

Lisboa, 10 de Junho.

— Em nome do povo de Lisboa, o Presidente da Câmara,

Eng.º Nuno Abecasis presta homenagem

ao grande épico, colocando um ramo de flores na base do Monumento





Lisboa, 13 de Junho
— O Presidente da Câmara e Vereadores da Edilidade integram a Procissão de St.º António

Igreja de St.º António



13 DE JUNHO

PROCISSÃO DE SANTO ANTÓNIO PERCORRE RUAS DA CIDADE

Retomada em 1981, ano em que se celebrou o 750.º Aniversário da morte de Santo António, depois de suspensa durante algumas décadas, a tradicional procissão do Santo reuniu este ano milhares de devotos.

No final, teve lugar no átrio da Sé, o solene «Te-Deum» presidido por Sua Eminência o Cardeal Patriarca.

Nestas cerimónias estiveram presentes o Presidente e vereadores da Câmara de Lisboa.

Fachadas de azulejos
em prédios
da Rua Aquiles de Monteverde

PRÉMIO MUNICIPAL DE AZULEJARIA

Destinado a galardoar anualmente o autor ou autores do melhor padrão de azulejaria de fachada, efectivamente utilizado em edifícios ou obras concluídas em Lisboa, no ano civil anterior, acaba de ser instituído o Prémio Municipal de Azulejaria, conforme deliberação da Câmara na sua sessão de 17 de Junho.

A criação do prémio de azulejaria de fachada tem em vista incentivar a utilização desta tão característica forma de decoração urbana da qual existem, na cidade, valiosos exemplares.



Lisboa, 21 de Junho
— Câmara presta homenagem a Jean-Marie Bressand

CÂMARA CONDECOROU JEAN-MARIE BRESSAND

Jean-Marie Bressand, fundador da Fundação Mundial das Cidades Unidas, foi agraciado com a Medalha de Ouro de Mérito Municipal no dia 21 de Junho em cerimónia realizada nos Paços do Concelho e à qual presidiu o Eng.º Nuno Abecasis.

Jean-Marie Bressand, grande personalidade europeia do pós-guerra, tem dedicado toda a sua vida a lutar pela paz e cooperação para o desenvolvimento entre todas as cidades do Mundo.

Lisboa é membro da Federação Mundial das Cidades Gêmeas e o seu Presidente da Câmara um dos Vice-presidentes.



**LISBOA AGRACIOU
ALCALDE DE MADRID**



Lisboa, 27 de Junho
— Aspecto da imposição da Medalha de Ouro de Mérito Municipal
ao Prof. Tierno Galvan

Lisboa distinguiu no passado dia 27 de Junho com a Medalha de Ouro da Cidade, o Alcalde de Madrid, prof. Tierno Galvan em cerimónia solene realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Além do Presidente da Câmara, estiveram presentes numerosas individualidades, tais como o Primeiro-Ministro, ministro da Administração Interna, os presidentes dos Municípios das Capitais de expressão oficial portuguesa e uma representação do Rio de Janeiro.

No decorrer da cerimónia, o prof. Tierno Galvan foi também agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo.

O Alcalde de Madrid, Tierno Galvan é uma das personalidades mais marcantes da Europa dos nossos dias, um grande humanista e uma figura destacada da Democracia, que tem dado inúmeras provas de uma extraordinária amizade por Portugal e Lisboa.

O prof. Tierno Galvan é juntamente com o Eng.º Nuno Abecasis um dos vice-presidentes da Federação Mundial das Cidades Gêmeas.

Após ser agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, o Prof. Tierno Galvan é cumprimentado pelo Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares





Aspecto pitoresco e original nas Festas da Cidade do corrente ano. Desfile de charretes e carros antigos, junto a Belém

FESTAS DA CIDADE

Arraiais populares distribuídos por vários pontos da cidade, uma festa cigana no Parque Eduardo VII, um rali cultural, o campeonato da laranjinha, uma marcha de crianças da mais antiga colectividade da capital, desfile de charretes e carruagens antigas foram algumas das principais iniciativas que, este ano, no mês de Junho, preencheram o quotidiano dos

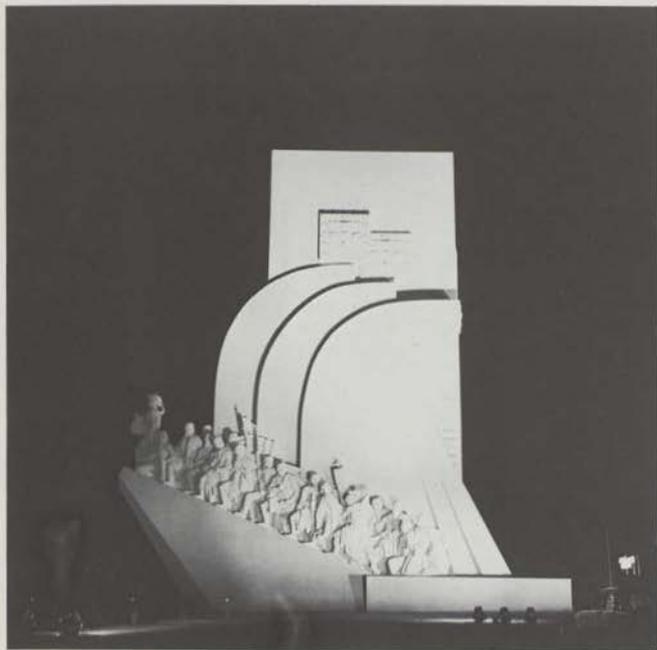
lisboetas, integrando as Festas da Cidade.

Este ano, grande número de iniciativas partiram das instituições e do povo às quais a Câmara deu todo o seu apoio.

O programa contou, ainda, com um desfile de bandas populares pela cidade, uma noite de fado em S. Pedro de Alcântara, uma homenagem ao passado no Jardim da Estrela, em que foram lembrados velhos artistas lisboetas, um mercado do artesanato na Baixa e diversas sessões de música e bailado.



Largo de S. Miguel (Alfama)
Pormenor do tradicional arraial popular por ocasião das Festas da Cidade.



Vista nocturna do Padrão dos Descobrimentos

CIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA I ENCONTRO DOS PRESIDENTES DAS CÂMARAS

Decorreu em Lisboa, de 26 a 28 de Junho, o I Encontro dos Presidentes, ou seus representantes, das Câmaras das Cidades Capitais dos Países de Língua Portuguesa, iniciativa de grande significado histórico.

Este Encontro, promovido por iniciativa do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, teve início com a cerimónia de inauguração do «Centro Cultural das Descobertas», instalado no interior do Padrão dos Descobrimentos, após profundas obras de transformação do seu interior.

O Presidente da Câmara de Lisboa afirmou, durante a cerimónia, que as geminações com as capitais de língua portuguesa não têm muitos anos, pelo que não podem ainda ser abundantes os seus frutos, mas, acrescentou, que é uns com os outros que teremos de aprender os caminhos frutuosos de uma cooperação realista.

No seu discurso de boas-vindas, Nuno Abecasis afirmou, ainda, que os acordos de geminação são «... actos lúcidos de povos adultos que sabem que podem e devem entreajudar-se para

Lisboa, 26 de Junho — Os ilustres visitantes, acompanhados do Presidente da Câmara e Vereadores da Edilidade encaminham-se para o Padrão dos Descobrimentos





Centro Cultural das Descobertas, 26 de Junho
— Aspecto da sessão inaugural do Centro Cultural.
No uso da palavra o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis

Os participantes no Encontro assistem à apresentação, pelo Presidente da Câmara, do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas do Alto do Lumiar



vencer dificuldades» e salientou que «... a nossa cooperação nasce de uma vontade comum e não de uma riqueza que oprime.»

Em nome dos presidentes das Câmaras presentes, Maputo, Cidade da Praia, Bissau, Água Grande, Rio de Janeiro e Real Senado de Macau (o autarca de Luanda, convidado com o estatuto de observador, por esta cidade ainda não se encontrar geminada com Lisboa, apenas chegaria na noite do dia 26), falou a presidente do Comité de Estado da Cidade de Bissau, D.ª Francisca Pereira, que agradeceu a recepção de boas-vindas, tendo referido o optimismo de todos em relação ao diálogo e aos resultados das sessões de trabalho que se iriam seguir nos próximos dias.

Estiveram presentes ao acto os embaixadores dos países de língua portuguesa, representantes do presidente da Assembleia da República, do Supremo Tribunal de Justiça e do Primeiro-Ministro, ministro dos Negócios Estrangeiros, vereadores da Câmara e outras individualidades.

No âmbito deste I Encontro para a cooperação multilateral das cidades geminadas de língua e expressão oficial portuguesa, tiveram lugar numerosas sessões de trabalho para o incremento das relações intermunicipais.

No dia 28 realizou-se, no Castelo de S. Jorge, a cerimónia Solene de Geminção de Lisboa com a cidade de São Tomé e Príncipe, a qual assenta nos laços históricos, culturais e de amizade

existentes entre os povos dos dois países e visa a difusão recíproca da cultura e a cooperação em programas de desenvolvimento municipal das duas cidades.

Na mesma ocasião as cidades de Bissau, Lisboa, Maputo, Praia, Rio de Janeiro, S. Tomé e Macau procederam à sua geminação «múltipla e solidária» para a futura constituição da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA), cuja criação será formalizada, no próximo ano, depois da ratificação pelos órgãos deliberativos das várias capitais.

Pela sua importância e significado histórico, transcreve-se o texto das conclusões deste Encontro.

I ENCONTRO INTERMUNICIPAL DAS CIDADES DE EXPRESSÃO OFICIAL PORTUGUESA

Reunidos em Lisboa, de 25 a 28 de Junho de 1985, para celebrar o I Encontro das Cidades Capitais Geminadas de Expressão Oficial Portuguesa, os Presidentes, ou seus legais representantes, das cidades de:

Bissau, Lisboa, Macau, Maputo,
Praia, Rio de Janeiro e S. Tomé,

com a participação do representante da Cidade de Luanda, para o efeito convidado a título de observador, decidiram:

I — Relativamente ao Centro Cultural das Descobertas

A — Congratular-se com a inauguração do Centro Cultural das Descobertas, insta-

D.ª Francisca Pereira, Presidente do Comité Executivo da Cidade de Bissau, intervém na sessão inaugural em nome dos Presidentes, ou seus representantes, das Câmaras das Cidades Capitais dos Países de Língua Portuguesa





Lisboa, 26 de Junho — Visita de trabalho aos mercados municipais de Alcântara e Bairro de Santos. O Vereador Pombo Cardoso, acompanha a comitiva

lado no interior do Padrão dos Descobrimentos, em Belém, por eles próprios inaugurado.

B — Aceitar a proposta formulada pela cidade de Lisboa para uma utilização multilateral das potencialidades oferecidas pelo referido Centro Cultural, nomeadamente para:

1 — Exibição de exposições temporárias de artistas plásticos das diferentes cidades geminadas.

2 — Realização de conferências ou reuniões de índole cultural ou económica interessando uma ou mais das cidades geminadas.

3 — Exibição de filmes e diaporamas sobre as potencialidades turísticas, culturais e económicas de cada uma das cidades gémeas integradas na utilização permanente do auditório.

II — No âmbito geral das relações intermunicipais

A — Decidiram empenhar fortemente os seus esforços por forma a tornar cada cidade numa verdadeira embaixada das restantes cidades geminadas onde qualquer cidadão portador de uma credencial da direcção da sua cidade de origem, seja acolhido e tenha disponíveis os serviços da cidade como se da sua própria se tratasse, e isto nos domínios cultural, económico, social e profissional.

B — Organizar um espectáculo de índole cultural composto pela representação mais característica de cada uma das cidades geminadas que se exhibiria não só em cada uma destas cidades, mas também representaria a globalidade delas em espectáculos a realizar nas capitais de outros Estados.

Para viabilizar esta iniciativa cada cidade fará as diligências necessárias para obter o

patrocínio, quer das entidades oficiais, quer das actividades económicas, quer ainda das empresas transportadoras.

III — No âmbito da cooperação multilateral

A — Reconhecida a indispensabilidade de acelerar a formação de quadros aos diferentes níveis para as funções autárquicas foi concertado:

1 — Todas as Direcções das Cidades propõem-se, desde já, pôr à disposição das restantes, os seus próprios serviços para o efeito de estágios de formação, definindo para cada área um número anual de estágios. Em princípio, as despesas de deslocação serão da responsabilidade da cidade do estagiário e as despesas de estadia da responsabilidade da cidade que presta o estágio.

2 — No sentido de procurar institucionalizar tais acções de formação, as Direcções das Cidades estudarão a possibilidade de criar um instituto próprio ou obter facilidades em institutos já existentes possibilitando uma mais fácil programação integrada das acções de formação.

Entretanto, as Direcções das Cidades que já o estejam a fazer, enviarão às restantes os programas anuais de formação dos seus próprios quadros disponibilizando o número de vagas por elas utilizáveis.

3 — A Câmara de Lisboa dispõe-se a construir, no âmbito do seu programa de construções, um edifício destinado ao acolhimento dos estagiários das restantes cidades, no qual se integra além dos alojamentos, serviços de utilização comum.

4 — Para facilitar as acções de cooperação multilateral estabelecer desde já um banco de dados intermunicipal, cuja organização ficaria a cargo da Câmara de Lisboa, uma vez que esta Câmara está encarregada de idêntico trabalho para o conjunto de

Câmaras que se integram na União das Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI).

5 — Que, sempre que possível, e a solicitação de qualquer das Direcções das Cidades, se disponibilizem técnicos para a elaboração conjunta de projectos nas diferentes áreas da administração municipal, com a preocupação de participação de técnicos da cidade solicitante, a fim de que, se facilite e acelere a transmissão de conhecimentos e experiências.

6 — Que as Direcções das Cidades, quando se afigure vantajoso ou por outras lhe seja requisitado, difundam os elementos completos de projectos de obras realizadas ou em curso de realização, sob a responsabilidade da administração municipal.

7 — Que as Direcções das Cidades, desenvolvam junto dos agentes económicos da sua área de influência, as acções que lhes sejam solicitadas, por outras, no sentido da obtenção de financiamentos ou facilidades, para levar à prática os respectivos projectos de obras.

8 — Que cada Direcção da Cidade que tenha que empreender uma acção de grande vulto, na sua área, possa consultar as restantes que tenham ou estejam a realizar obras do mesmo tipo ou com idêntico objectivo quer para se aferir da validade das tecnologias adoptadas, quer dos preços aplicados, quer ainda para reforçar a capacidade negocial no caso de duas ou mais se encontrarem a contratar com uma mesma entidade ou empresa.

B — Em face destas conclusões e sentindo a necessidade de institucionalizar as ligações de gemação já existentes, os representantes das cidades que participaram neste Encontro decidem assinar conjuntamente a Declaração de Gemação Múltipla e Solidária das Capitais de Países de Expressão Oficial Portuguesa tendo em vista a futura criação da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA) a submeter à ratificação dos órgãos deliberativos competentes de cada uma das cidades.

Foi acolhida, desde já, e por aclamação a admissão de Brasília na UCCLA.

Lisboa, Castelo de S. Jorge, em 28 de Junho de 1985.

ERRATA

No n.º 11, referente ao 1.º trimestre de 1985, na página 69, onde se lê «o embaixador de Angola em Lisboa, Mawete João Baptista» deve ler-se «o embaixador de Angola em Lisboa, Fernando José França Dias Van Dunem».

